

SAMUEL BENCHIMOL

CICLOS DE NEGÓCIOS & ESTABILIDADE
ECONÔMICA

— Contribuição ao estudo da Conjuntura

1574
Comp.

piranga

Manaus—1954

SEC-39592

-J.734-

SAMUEL BENCHIMOL

CICLOS DE NEGÓCIOS & ESTABILIDADE ECONÔMICA

— Contribuição ao estudo da Conjuntura

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

1574
Comp.

*Tese de Concurso à Cadeira de
Economia Política da Faculdade
de Direito do Amazonas.*

Amn
380.983
34.570
Ao colega Mário Ypiranga
— da administração —
de
Samuel Benchimol
Manaus, Dez / 1954.



Manaus—1954

Bt. Mário Ypiranga Monteiro

Registro: 00405

Folha:

Data:

*A meus pais,
à minha espôsa Mery e
à nossa filha Norinha
dedico êste trabalho
- homenagem de extrema afeição.*

O Autor

ÍNDICE

Prefácio	5
------------------	---

Parte I — CICLOS DE NEGÓCIOS

1. Ocorrência do fenômeno	11
2. Evolução histórica	17
3. Análise descritiva	31
4. Duração e periodicidade	53
5. Teorias conjunturais	65

Parte II — ESTABILIDADE ECONÔMICA

1. Previsão da conjuntura	95
2. Política anti-cíclica	109
3. Estabilização e planejamento ..	139

Parte III — CONCLUSÕES	145
--------------------------------	-----

Bibliografia	152
------------------------	-----

Prefácio

O estudo das variações e flutuações cíclicas da economia de um modo geral, e dos negócios em particular, com suas fases de expansão e contração, desde os meados do século passado, tem sido uma constante nas investigações e pesquisas econômicas, sociais e políticas. Economistas e sociólogos, políticos e legisladores vêm procurando conhecer as causas e origens do fenômeno conjuntural e encontrar as soluções para êsse complexo problema que tantos transtornos e perturbações acarreta à vida dos povos.

A despeito da pletora dos conhecimentos teóricos acumulados, e das soluções empíricas apontadas, infelizmente, no Brasil, poucos e precários têm sido os estudos sobre a conjuntura, inclusive mesmo traduções dos autores ingleses, franceses e americanos que, abundantemente, versam o problema. Talvez que a falta de maiores estudos do fenômeno conjuntural e de sua ocorrência na economia brasileira se explique, em parte, pelas condições de nossa própria economia, somente agora evoluindo do sistema quase colonial pré capitalista para a fase atual do complexo sistema industrial tecnológico urbano, mais característico do fenômeno. Evolução e transição que estamos fazendo sob o peso de mil e um desajustamentos.

Tal escassez de investigações, contudo, vem sendo agora parcialmente corrigida pelos esforços pioneiros da equipe de economistas do Centro de Análise da Conjuntura do Instituto Brasileiro de Economia, através dos seus estudos sobre a marcha e evolução dos negócios, dos esforços da equipe de

estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério do Trabalho e do próprio Serviço de Estatística, do Ministério da Fazenda. A despeito da reconhecida insuficiência e precariedade, os dados obtidos já podem servir de base para o desenvolvimento das pesquisas conjunturais em nosso meio. Contudo, prevalece ainda o quase vazio das investigações e especulações teóricas, por parte de economistas e sociólogos, nesse novo campo da ciência econômica e social, de tão larga responsabilidade, repercussão e importância.

Longe de nós a vaidade ou presunção de preencher esse quase vazio dos estudos teóricos da conjuntura em nosso meio. Este trabalho que apresentamos e submetemos em cumprimento parcial das exigências de habilitação ao concurso da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito do Amazonas, é uma simples e despretensiosa contribuição ao estudo do fenômeno e dos problemas da conjuntura e da estabilidade econômica. Em redor dos mesmos giram inúmeras questões e controvérsias: Onde e como apareceram, e por que se desenvolveram as primeiras variações cíclicas? Quais os padrões de comportamento dos ciclos nas suas diversas fases? Existe alguma relação de periodicidade, recorrência e duração que se possam prever e medir? Quais as causas originárias dos ciclos de negócios e como os teóricos formularam as suas hipóteses? A conjuntura é ou não suscetível de previsão e controle? Na afirmativa, quais os métodos empregados e soluções atualmente praticadas? A estabilidade e o planejamento econômico poderão ser atingidos dentro da realidade conjuntural ou existe entre eles flagrante contradição?

A algumas dessas questões tentaremos responder no decurso desta tese. Assim, na Parte I, dedicada aos Ciclos de negócios, buscaremos analisar a ocorrência do fenômeno conjuntural; as origens do seu desenvolvimento e projeção histórica; o comportamento dos padrões cíclicos nas suas fases mais características; sua possível duração e periodicidade; e, por fim, expôr e discutir as teorias que se propõem

a explicar as suas origens e ocorrências. Na Parte II, dedicada ao problema da estabilidade econômica, nos propomos a estudar os métodos de previsão cíclica como base para a aplicação de medidas estabilizadoras; a percorrer as soluções apontadas pelos diversos autores e os resultados da experiência já obtida através do emprêgo da política monetária, bancária e fiscal de controle cíclico; a analisar as deficiências atuais e a necessidade de medidas complementares, com ênfase especial nas medidas de caráter social e nos aspectos internacionais, através do planejamento da atividade econômica. A parte final é dedicada à apresentação do resumo das conclusões obtidas e sugestões oferecidas para enfrentar as violentas flutuações cíclicas, objetivando uma economia menos instável e mais satisfatória.

Talvez que o programa que nos propomos a realizar seja por demais amplo e ambicioso, em face das nossas dificuldades e limitações. No entanto, desejamos frisar, repetindo, que êste trabalho não passa de uma simples contribuição, e como tal é submetido a exame. A amplitude de nosso esquema foi traçada apenas pela necessidade lógica de abordarmos, embora superficialmente, os pontos e áreas mais indispensáveis para a discussão da matéria.

De outro lado, gostaríamos de acentuar que também não temos a veleidade de apresentar um trabalho original. O tema é por demais conhecido e a literatura monográfica e geral por demais extensa. Esta só pôde ser coberta muito parcialmente, como se vê pelas referências bibliográficas, e assim mesmo baseada, na maioria das vezes, em trabalhos de economistas ingleses e norte-americanos, aos quais tivemos direto acesso.

Cumpre-nos referir, nesta oportunidade, que o contacto e a familiarização com êste fascinante tema no campo da ciência econômica, nos foram inicialmente proporcionados, quando ainda eramos estudante de ciências sociais e econômicas em Miami University, Oxford, Ohio, U. S. A., durante os anos de 1946/47. Sobretudo nos cursos de História do Pensamento Econômico e de Problemas Econômicos Atuais de J. M. Peterson; de Comércio Exterior e Problemas Econô-

micos Internacionais de Virgil Salera; de Aspectos Sociais da Indústria de W. F. Cottrell e nos cursos de Sociologia de Read Bain. Queremos aqui deixar registrados os nossos agradecimentos a êsses professores de Miami University — entre os quais também devemos incluir o nome do nosso particular amigo Prof. Glenn Barr — pelas facilidades que todos nos proporcionaram naquela altura, e em particular pela cooperação recebida agora da crítica construtiva aos esboços dêste trabalho, sugestões oferecidas sôbre a seleção da parte bibliográfica, e remessa de livros ofertados e documentos. Registramos também o nosso reôhecimento ao Cleveland Trust Company, de Cleveland, Ohio, pela colaboração e cortesia demonstrada no oferecimento do gráfico da atividade cíclica dos negócios nos Estados Unidos, que ilustra êste trabalho.

S. B.

Parte I
CICLOS DE NEGÓCIOS

1. Ocorrência do fenômeno

O fazendeiro Florentino da Silveira Frade e outros, da Ilha Grande de Joanes — atual Ilha de Marajó —, citado por Jorge Hurley, numa longa reclamação ao Capitão-General Magalhães de Meneses, no ano de 1808, retratavam pitorescamente a situação que estavam vivendo, queixando-se de que "anteriormente compravam uma légua de terra por cem mil réis e hoje (1808) compram-se quartos de légua por trezentos mil réis; que nestes últimos tempos os vaqueiros libertos se contentavam com mil réis de salário por mês, e hoje não servem por menos de dois mil réis e dois mil e quatrocentos. Comprava-se um freio por oitocentos réis e hoje nenhum custa menos de mil e duzentos e oitenta para cima", e o petitório assim termina:

"Mas hoje que não temos esperanças de tornar a volver à barateza das cousas nem à liberdade das carnes, que nos resta para podermos subsistir senão aumentar com a possível moderação o preço do nosso Gado?" (1)

Anteriormente a êsse estado de "última decadência que a V. Excia. não será oculto", situações

(1) Códice do Senado da Comarca de Belém, 1807 a 1819, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, cit. de Jorge Hurley, em "Ilha Grande de Joanes", Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, pg. 277 — Volume II.

idênticas tinham sido observadas, por outros autores, na região amazônica. Em 1751, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, citado por João Lucio de Azevedo, informava a Corte que o Grão-Pará "se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação; são poucos os que ainda cultivam alguns gêneros. A maior parte conservam algum índio escravo, para lhe ir buscar ao rio, ou ao mato, o miserável sustento quotidiano com que passam pobríssimamente" (2)

No Nordeste, Frei Vicente do Salvador, na sua História do Brasil, de 1627, em citação de Roberto Simonsen, por sua vez retratou bem outra face da conjuntura no ciclo do açúcar:

"Agora já há... na Bahia, cinquenta engenhos, em Pernambuco cento, em Itamaracá dezoito ou vinte, e na Parahiba outros tantos; mas que aproveita fazer-se tanto assucar **si a copia lhe tira o valor** (o grifo é nosso) e dão tão pouco preço por elle que nem o custo se tira?" (3).

Alguns séculos mais tarde, no Estado do Amazonas, no início do "boom" do ciclo da borracha, o Governador Eduardo Ribeiro, citado por Agnelo Bittencourt, em mensagem do ano de 1895, história maravilhado a evolução da receita do Estado:

"De uma receita arrecadada de 2.243:270\$000 em 1890 chegamos em 1895, apenas cinco anos de diferença, a uma de Rs. 10.263:579\$955... Vê-se, pois, que de 1892... até 31 de Dezembro último

(2) João Lucio de Azevedo, "Os Jesuitas no Grão Pará", p. 242, Lisboa, 1901.

(3) Cit. de Roberto Simonsen, "História Econômica do Brasil", p. 153 Volume I, Rio, 1944.

(1895), foi recolhida ao Thezouro, como receita, a importante soma de Rr. 33.873:087\$707".

E termina com um exagerado otimismo, próprio da psicologia dos "booms": "Não exagero em dizer-vos que as fontes de receita dêste Estado são inesgotáveis" (4).

Decorridos 60 anos dessa bôa conjuntura, as mesmas fontes de receita inesgotáveis do Estado do Amazonas foram substituídas pelas despesas colossais e deficits. O atual orçamento do Estado prevê, para o ano de 1954, uma arrecadação de Cr\$ 126.685.000,00 para uma despesa fixada de Cr\$ 239.226.432,40 refletindo a grave conjuntura que estamos vivendo (5).

Outro aspecto das variadas formas de ocorrência do fenômeno, entre nós, no momento atual, está bem ilustrado, na recente exposição do atual Ministro da Fazenda perante a Câmara dos Deputados:

"Nesses três meses fui forçado, por circunstâncias independentes de minha vontade, a emitir 500 milhões de cruzeiros, quatro dias após assumir as minhas funções, afim de atender as requisições urgentes da Superintendência da Moeda e Crédito, e em Agôsto mais 500 milhões" (6).

Enquanto êsses depoimentos sôbre as variações e mutações econômicas, com todo o seu complexo sistema de aparições, combinações e exterior-

(4) Mensagem de 1.º de Março de 1895, do Governador do Amazonas, Eduardo Ribeiro, à Assembléia Legislativa do Estado, cit., de Agnello Bittencourt, "Chorographia do Amazonas", pp. 290/1, Manaus. 1925.

(5) Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição de 8|1|54, Manaus.

(6) Vd. Exposição do Ministro da Fazenda do Brasil, Dr. Oswaldo Aranha, à Câmara dos Deputados, em data de 1|10|1953, em "O Economista", edição mensal, Outubro de 1953, p. 12.

rizações se sucedem no Brasil, outros também foram registrados nas economias de outros povos e nações que talvez tenham experimentado as suas consequências mais largamente e até com mais intensidade e intermitência. Vejamos alguns dêles, pelas palavras dos observadores da época, reproduzidas por A. Hansen:

Em Dezembro de 1722, o Governador da Pensilvânia escrevia aos seus superiores na Inglaterra: Os fazendeiros trazem os seus produtos para o mercado porém não existe dinheiro para comprá-los. Os construtores navais e carpinteiros estão morrendo de fome por falta de emprêgo, e sinto que a nossa exportação diminuiu muito. Os juros do dinheiro estão altos... e todos estamos apreensivos de cair em dívidas. (7).

James Logan, um comerciante de Filadélfia, no mesmo ano de 1722, retratou bem a depressão do mercado local ao escrever:

Eu recebi cêrca de um terço dos pagamentos por desconto, porém nenhum tostão em dinheiro e o resto levará muito tempo, pois o comércio dêste lugar está afundado (8).

Mais de duzentos anos decorridos, e essa falta de emprêgo, reclamada por êsse Governador da Pensilvânia, foi dramatizada na Grande Depressão de 1929/32, nos Estados Unidos, pela revelação das estatísticas:

O número de desempregados estimado em 5 milhões no verão de 1931, subiu para 10 milhões em 1932... Outras estimativas conservadoras do

(7) Cit. de Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", pp. 212/3, New York, 1951.

(8) Idem, idem.

desemprego, durante a grande depressão, foram até maiores, variando de 10 a 15 milhões (9).

Neste interim, a renda nacional dos Estados Unidos que em 1933 foi de 40 bilhões de dólares subiu para 225 bilhões em 1948 e 285 bilhões no ano de 1953. Essa variação da renda e da conjuntura nos Estados Unidos, em virtude de sua preponderância na economia mundial, resulta não somente em profundas repercussões internas, mas também afeta a conjuntura dos demais povos. Daí a imagem pitoresca do Chanceler Butler, do Erário Britânico, feita numa recente reunião dos Ministros da Fazenda da Comunidade das Nações Britânicas:

O mercado do dolar é o pai, e quando o pai cai, nós também caímos (10)

"Não temos esperança de volver à barateza das cousas". "Estado de última decadência". "Mas que aproveita fazer-se tanto açúcar si a cópia lhe tira o valor?" "As fontes de receita dêste Estado são inesgotáveis". "Deficit de Cr\$ 113 milhões". "Fui forçado a emitir Cr\$ 500 milhões independente de minha vontade". "Não existe dinheiro para comprar os produtos". "Os juros estão altos". "Não recebi nenhum tostão em dinheiro". "Os carpinteiros estão morrendo de fome". "O número de desempregados subiu para 10 milhões". "Renda nacional de 285 bilhões". "O mercado do dolar é o pai". "Os preços estão pela hora da morte".

(9) S. Howard Patterson, "Social Aspects of Industry", p. 289, New York, 1943.

(10) Discurso pronunciado pelo Chanceler Butler, na reunião dos Ministros da Fazenda do Commonwealth Britânico, realizada em Sidney, Austrália, em Janeiro de 1954. Vd. "Times", p. 21, edição de Janeiro de 1954.

Tôdas as expressões e depoimentos acima referem-se, consciente ou inconscientemente, a situações econômicas que, periodicamente, afetam a estrutura econômica dos povos. Elas representam e definem, na sua forma mais simples, as variações, mutações e perturbações no ritmo das atividades econômicas, de ocorrência universal. E podem ser consideradas tão antigas quanto a própria história humana.

2. Evolução histórica

Nem tôdas as variações nas atividades econômicas, que acabamos de ilustrar, se referem propriamente ao fenômeno tipicamente chamado conjuntural ou cíclico (11). Algumas delas, segundo alguns autores, seriam melhor definidas como variações econômicas determinadas por fatores externos não econômicos, tais como guerras, comoções, epidemias, catástrofes, atos arbitrários do governo, etc. (12)

A terminologia do passado denominava-as crises, para melhor caracterizar o fato de que,

(11) A expressão "conjuntura" é utilizada sobretudo pelos autores alemães e franceses, enquanto que os norte-americanos preferem a expressão "Business Cycles" que corresponde a "ciclos de negócios" em português. No decorrer dêste trabalho utilizamos tanto as expressões "ciclos de negócios", "movimentos cíclicos", "fenômeno cíclico" adaptando-as do inglês, como também as expressões "Conjuntura", "fôrças conjunturais", "fenômenos conjunturais", adaptando-as do francês e alemão, indistintamente, para caracterizar o processo das mutações, vibrações, flutuações e oscilações ocorridas na atividade econômica. Contudo, parece que a expressão "ciclos de negócios" caracteriza melhor o fenômeno, pois sugere logo uma sequência de fatos que se repetem com certa regularidade. A palavra "conjuntura", que inicialmente parece ter sido utilizada pelos alemães — Konjunktur — é derivada do Latim e era empregada pelos astrólogos da Idade Média, com uma significação vizinha da de "constelação". Somente a partir do Século XVII a mesma foi admitida para exprimir o estado ou o movimento, dos negócios, conforme a explicação dada pelo Prof. Wagemann, cit., de J. F. Kafuri, "Notas de Economia Matemática", p. 591, anexas ao livro do Prof. Porto Carreiro, "Lições de Economia Política", Rio, 1940.

(12) Elmer Clark Bratt, "Business Cycles and Forecasting", p. 233, Chicago, 1949.

terminado o impacto daqueles fatores externos perturbadores que convulsionavam os negócios, a economia voltava quase que automaticamente ao nível normal. Contudo, o professor William Scott, citado por Mitchell, estudando a economia inglesa de 1558 a 1720, conseguiu identificar nada menos de trinta crises durante êsse período de tempo. Daí ter afirmado que as crises de ocorrência anterior à expansão do sistema capitalista deveriam também ser incluídas como exemplares da mesma família, mais com diferença de grau do que de natureza (13).

No entanto, o fenômeno conjuntural ou cíclico, como o conhecemos na sua forma atual, — operando com certa regularidade e continuamente no circuito dos negócios —, desenvolveu-se propriamente a partir da rutura dos padrões feudais, com o aparecimento e evolução do capitalismo, que deu origem às novas formas e instituições econômicas, sociais e políticas.

Êsse aparecimento, ou antes o gradual desenvolvimento das formas rudimentares do capitalismo, cuja expansão se iniciou nos fins do Século XVI, rompendo o equilíbrio dominante na estrutura do trabalho e da produção medieval, deu margem ao aparecimento de uma pronunciada instabilidade e essa instabilidade passou a se constituir em elemento característico do complexo capitalista-conjuntural. Mitchell explicou bem êsse período de transição:

(13) Cit. de W. C. Mitchell, "Business Cycles", p. 76, New York, 1927.

Quando o artesanato cedeu o lugar às fábricas dirigidas sob princípios econômicos, à procura de um mercado maior e incerto, contratando a sua produção, livremente, a longo prazo, requerendo um investimento grande e fixo de capital e usando dinheiro emprestado em escala liberal, o círculo de emprêsas afetadas por dificuldades financeiras cresceu enormemente, bem como cresceu o perigo de que essas dificuldades nascessem da conduta dos negócios (14).

O professor Schumpeter, por sua vez, também considera o fenômeno cíclico como consequente do aparecimento do processo econômico capitalista:

O processo econômico das sociedades capitalistas acompanha a sequência dos fatos que deram origem ao fenômeno dos ciclos de negócios (15).

Como êsse complexo capitalista-conjuntural apareceu e se desenvolveu, dando lugar a essa instabilidade típica nos negócios, ninguém melhor do que Mitchell conseguiu historicamente esquematizar. Segundo êle, vários fatores se combinaram para institucionalizar o complexo capitalista-cíclico, dando margem ao desenvolvimento da presente forma de economia: (16)

1. A substituição dos tributos feudais por pagamentos em dinheiro;
2. A correspondente substituição do pagamento do trabalho e das mercadorias por dinheiro;
3. O desenvolvimento do artesanato;
4. O crescimento das cidades como centros comerciais;

(14) W. C. Mitchell, "Business Cycles & Their Causes", p. 170/1, Los Angeles, 1950.

(15) Joseph A. Schumpeter, "Business Cycles — A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process", p. 224, Vol. I, New York, 1939.

(16) W. C. Mitchell, op. cit., p. 74 cit. de Elmer C. Bratt, op. cit., p. 232.

5. A invenção e expansão dos Bancos;
6. A expansão das lojas de retalho e especialização do comércio;
7. O desenvolvimento do Direito Comercial;
8. A organização das sociedades anônimas e o seu crescimento e dominação na maioria do campo comercial e industrial;
9. A adoção da contabilidade como técnica controladora das iniciativas econômicas;
10. A evolução das organizações especializadas supridoras dos investimentos e fornecedoras de meios à prática da especulação;
11. A diferenciação da população em classes vivendo de:
 - a) salários, b) lucros, c) renda de investimentos, d) rendas provenientes da combinação desses três tipos;
12. A mudança do poder daqueles homens que o monopolizavam pela força ou nascimento, para os homens de grandes posses ou marcantes habilidades mercantis.

Esse longo processo de transformação, naturalmente, desenvolveu-se de forma gradual e cumulativa, nêle podendo ainda figurar, ao lado da esquematização de Mitchell, mais os seguintes elementos: 1) a solução do comércio à distância pela melhoria dos meios de transportes; 2) as conquistas dos mercados coloniais; 3) as invenções, que deram início à mecanização agrícola e industrial; 4) a formação e desenvolvimento do espírito nacional; 5) o aumento da população, o movimento migratório, o êxodo rural e a concentração urbana; 6) a introdução dos novos métodos de produção industrial em massa. Esta lista ainda

poderia ser grandemente aumentada, incluindo-se outros fatores de ordem econômica, social, política e jurídica, que também contribuíram para o desenvolvimento do processo capitalista, e que serviram para universalizar o processo conjuntural-cíclico da economia.

Tal processo alargou-se mais rapidamente em uns países do que em outros, dependendo do conjunto de fatores que para êle convergiram em determinadas circunstâncias. Assim é que a Inglaterra o conheceu antes dos Estados Unidos, a França antes da Alemanha.

Os ciclos de negócios, acompanhando a evolução capitalista, passaram a agir com mais violência e frequência naqueles países que mais rapidamente alcançaram êsse desenvolvimento. O professor Schumpeter, da Universidade de Harvard, notou que,

quanto menos desenvolvido for êsse processo capitalista, menos se observam as variações características causadas pela conjuntura, e maiores são as incidências e dominações dos fatores de flutuação causados pelos agentes externos. Inversamente, quanto mais desenvolvida e radicada for a evolução capitalista, maiores serão as variações conjunturais determinadas pelos fatores econômicos internos, e menores as flutuações causadas pelos agentes não econômicos externos (17).

Quando e onde começou a se verificar o fenómeno tipicamente cíclico, é matéria controversa e discutida pelos economistas. James Estey acredita

(17) Schumpeter, op. cit. pp. 224/225.

que possivelmente o mesmo se fez sentir nas últimas décadas do século XVIII quando

as crises provenientes de fatores não-econômicos deram lugar às crises que faziam parte integrante dos ciclos de ocorrência regular, originadas de várias circunstâncias determinadas pela instabilidade do sistema econômico (18).

Já Tugan-Baranowski, citado por Estey, afirma que o que chamamos de ciclo de negócios começou na Inglaterra com a crise de 1825, enquanto que Bounatian acredita que a crise de 1793, na Inglaterra, foi a primeira das grandes crises industriais, seguida por uma depressão geral nos negócios. Estey também acredita que o colapso da Companhia do Mississipe de John Law e o pânico de South Sea Buble, na Inglaterra, em 1720, podem ser considerados como precursores das crises modernas (19).

Achinstein, no entanto, acentua, com razão, que as discussões sobre quando e onde apareceu o primeiro fenômeno tipicamente cíclico, estão destinadas a não obter sucesso, porque,

sendo os ciclos de negócios fenômenos que apareceram durante os períodos de desenvolvimento econômico conhecido como capitalismo... muitas das características essenciais do capitalismo apareceram em épocas diferentes: na Itália no século XIV, na Holanda no século XVII, na Inglaterra no século XVIII, na França, Alemanha e Estados Unidos no século XIX (20).

(18) James Arthur Estey, "Business Cycles-Their Nature, Cause and Control", pp. 42/43, New York, 1950.

(19) Idem, idem, p. 41.

(20) Asher Achinstein, "Introduction to Business Cycles", p. 156, New York, 1950.

Carl Snyder, citado por Estey, por isso preferiu não marcar data, ligando apenas o aparecimento dos ciclos ao desenvolvimento da fôrça a vapor, à difusão do uso do carvão e ferro e às extraordinárias invenções mecânicas que se seguiram e que deram origem à moderna indústria e comércio. (21)

James Estey, fazendo a comparação entre a atividade econômica medieval e a economia capitalista, também sem marcar data para o fim da primeira e o princípio da segunda, assim concluiu:

Na economia de subsistência não havia razão para encorajar o povo, nem uma fôrça para impeli-lo, afim de variar as suas atividades de ano para ano; nem razão pela qual a atividade econômica fôsse ativa e próspera por poucos anos e decadente em outros. Nesse tempo as variações ocorridas eram provenientes das vicissitudes agrícolas originadas de boas ou más colheitas. A instabilidade típica do fenômeno conjuntural sòmente começou a surgir quando as populações principiaram a trabalhar para ganhar dinheiro, produzindo mercadorias para grandes mercados, usando o crédito e o sistema bancário e organizando emprêsas com grande número de empregados. (22)

Logo que o fenômeno conjuntural entrou a ser notado e registrado, os primeiros conceitos e observações começaram a ser feitos. A periodicidade cíclica foi observada já em 1828, informa Hansen, pelo economista Willard Phillips, que aliás, naquela altura, indicou a possibilidade do seu controle, ao afirmar:

(21) Cit. de James Estey, op. cit., p. 43.

(22) James Estey, op. cit. pp. 42/43.

Uma vez que os negócios têm as suas enchentes e vazantes, e o espírito de empresa e produção pode ser contido, por algum tempo, tanto mais cedo se possa pressentir a aproximação das crises, menos a sociedade sofrerá. (23)

Uma das primeiras descrições da evolução cíclica foi feita no ano de 1837 por Samuel Jones Loyd, citado por Hansen:

A história daquilo que temos o hábito de chamar situação do comércio é uma lição instrutiva. Nós a encontramos sujeita a várias condições que retornam periodicamente e evoluem aparentemente em um ciclo estabelecido. Primeiro, nos encontramos num estado de repouso; depois, melhoramento, confiança crescente, prosperidade, excitamento, comércio excessivo, convulsão, pressão, estagnação, calamidade, terminando novamente em repouso. (24)

Não há razão para se continuar insistindo na controvérsia sobre quando, onde e em que data o fenômeno conjuntural começou a se desenvolver. Esta tarefa caberá, por certo, aos historiadores através da continuada investigação e pesquisa na economia do passado. Para nós é suficiente colocar ênfase no fato de que as variações na atividade econômica, que se vinham manifestando, desde a antiguidade, adquiriram uma excepcional força e projeção após o advento do sistema capitalista.

A instabilidade particular assim fixou-se no

(23) Willard Phillips, "Manual of Political Economy", 1823, cit. de Alvin Hansen in "Business Cycles and National Income", p. 216.

(24) Samuel Jones Loyd, "Reflections Suggested by a Perusal of Mr. J. Horsley Palmer's Pamphlet on the Causes and Consequences of Pressure on the Money Market", Londres, 1837, cit., de Hansen, op. cit. p. 216.

conjunto geral. Institucionalizou-se. Adquiriu formas e meios de ação e propagação, estendendo-se por todo o complexo social, econômico e político. Os Bancos, as empresas comerciais, agrícolas e industriais, as lojas de atacado e retalho, as Bolsas de Valores e Mercadorias, as Associações Comerciais e Industriais, os Sindicatos, as agências especializadas se encarregaram de tornar efetiva a institucionalização do processo conjuntural-capitalista, que assim se foi cristalizando à medida que as economias dos povos e dos indivíduos se tornavam mais complexas e mais dependentes umas das outras.

A expansão dos mercados, a especialização das nações em mercados fornecedores de matéria prima e mercados supridores de produtos industrializados, a expansão da rede bancária, a competição entre as firmas e entre as nações pela primazia e domínio econômico, a especulação, a formação da classe média, a multiplicação das necessidades humanas, o processo tecnológico, a iniciativa privada à procura de novos mercados e de novos investimentos, etc. serviram como elementos coadjuvantes e propagadores da instabilidade econômica, internacionalizando o fenômeno conjuntural.

Institucionalizado e internacionalizado o processo em face dêsse campo fértil de ação oferecido pelo sistema capitalista, o fenômeno da conjuntura passou a comandar a vida econômica de quase todos os povos, desde os meados do século passado. Carol Wright, citado por Hansen, já no

ano de 1886, observando êsse fato, conseguiu identificar, em cinco países, os seguintes anos de depressões (25):

Na Inglaterra:	1837 — 1847 — 1857 — 1866 — 1873 — 1884.
Na França:	1837 — 1856/7 — 1866/7 — 1873/8 — 1882/6.
Na Bélgica:	1837 — 1848 — 1864 — 1873 — 1882.
Na Alemanha:	1837 — 1847/8 — 1855/6 — 1873/9 — 1882/6.
Nos Est. Unidos:	1837 — 1847 — 1857 — 1867 — 1873/8 — 1882/6.

De 1890 a 1924, Mitchell, através de estudo pormenorizado dos Anais de Thorp, encontrou, em 17 países estudados, a seguinte distribuição quantitativa da ocorrência cíclica: (26)

Países	Números de ciclos de 1890/1924
Inglaterra, França, Holanda, Suécia, Itália e China	5
Áustria, África do Sul, Austrália, Ar- gentina e Índia	6
Alemanha, Rússia, Canadá, Brasil e Japão	7
Estados Unidos	10

(25) Carroll D. Wright, "The First Annual Report of the Commissioner of Labor", 1886, p. 11, cit. de Hansen, op. cit. p. 223.

(26) Cit. de E. C. Bratt, op. cit., p. 242.

E' nos Estados Unidos que se tem registrado o maior número de ocorrências cíclicas. O Gráfico n. 1, organizado pelo Cleveland Trust Co. de Cleveland, Ohio, e remetido ao autor em caráter de cortesia e cooperação, revela com detalhes a atividade cíclica dos negócios nos EE. UU. no período 1790/1953.

De 1924 para cá, a grande depressão iniciada pelo pânico de 1929 nos Estados Unidos, e que se propagou por quase todos os países, serviu para estimular os estudos do fenômeno conjuntural e da sua solução. Em quase todos os países, agências especializadas foram criadas com o objetivo de servir de instrumento de análise da situação econômica e de previsão do desenvolvimento conjuntural, bem como para marcar a oportunidade da aplicação de medidas de caráter anti-cíclico.

Depois da recuperação econômica da década 1930/1940, que marcou o início da nova política intervencionista do governo na ordem econômica, não somente nos Estados Unidos, mas também na maioria dos países, seguiu-se uma prolongada prosperidade em quase todo o mundo. A segunda Grande Guerra de 1939/45 estimulou ainda mais essa fase de expansão pelo impacto das tremendas despesas governamentais.

Tal expansão recebeu o primeiro sinal recesivo em 1948, quando os profetas cíclicos anunciaram uma nova depressão. A Guerra da Coréia interrompeu essa curva de recesso, fazendo a economia novamente retornar à sua marcha ascensional. Hoje, novamente, volta-se a falar com insistência, sobretudo nos Estados Unidos, em crise, face aos sinais e índices barométricos ultimamente observados: 1) o aumento do número de desempregados para três milhões; 2) o aumento de volume de produtos agrícolas excedentes, sem colocação, em mãos de agências governamentais, já ultrapassando a soma de US\$ 4 bilhões; 3) a queda

dos índices do custo de vida; 4) a restrição nos gastos governamentais, determinada pelo término da guerra na Coréia.

Se essa tendência recessiva tornar-se-á ou não em depressiva, depende em grande parte do sucesso das medidas de caráter anti-cíclico que estão sendo adotadas. De qualquer forma, face à posição preponderante de sua economia, qualquer perturbação verificada na conjuntura dos Estados Unidos tenderá a se propagar e repercutir na economia de quase todos os povos. No Brasil, sobretudo, dada a nossa dependência desse mercado, tanto no que se refere ao consumo dos nossos produtos, como também no que respeita ao fornecimento de recursos e créditos para os investimentos necessários ao crescimento da economia brasileira.

Assim, o problema da conjuntura chegou aos nossos dias. O fenômeno permanece; o que mudou foi a tática e política anti-cíclica, que passou a aceitar, quase sem oposição, a interferência estabilizadora e regulamentadora do poder público, que chamou a si a responsabilidade pela manutenção de um alto nível de emprego e produção, visando uma economia menos instável, baseada no bem estar social.

A despeito dos esforços e sucessos já alcançados e das limitações existentes, o problema da conjuntura ainda é atual, e continua desafiando a argúcia dos estadistas e economistas.

3. Análise descritiva

O termo **ciclo** é comumente usado em biologia e em outras ciências, para caracterizar uma sequência de fatos que se repetem com regularidade e constância. Economicamente, porém, o termo passou a ser usado para descrever aquela sequência de fatos e oscilações registrados na atividade econômica, e que podem variar de grau, intensidade, natureza e periodicidade em face de circunstâncias e situações específicas (27).

Alguns economistas, de um lado, como Kondratieff, Juglar, Kitchin e outros têm procurado demonstrar a existência de um ritmo e oscilação, de amplitude e periodicidade regular; enquanto outros analistas da conjuntura descrevem os ciclos como um fenômeno errático, irregular e puramente accidental, sem qualquer implicância rítmica ou referência periódica.

Entre uns e outros colocam-se os modernos representantes da teoria cíclica, tais como Pigou, Hansen, Estey, Bratt e outros que preferem vêr o fenômeno conjuntural como um processo cumulativo de expansão e contração da atividade econômica, suscetível de descrição e verificação, sem contudo, necessariamente, enquadrar-se em pa-

(27) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 6.

drões absolutamente uniformes e precisos. Pigou, sintetizou bem êsse pensamento, quando disse que os ciclos podem não ser gêmeos, mas são membros da mesma família: como membros da mesma família, êles são suscetíveis de análise e descrição (28).

A complexidade da atividade humana, em geral, e econômica, em particular, é de tal ordem e magnitude que não seria lógico insistir em padrões cíclicos de regularidade, ritmo e oscilação uniforme. Se tal fato realmente existisse, não há dúvida que teria de ser modificado e alterado, em face da irregularidade das fôrças e impulsos geradores das variações conjunturais, operando no mundo atual dos negócios. Essa irregularidade, contudo, não invalida a existência ou a possibilidade de verificação, análise, medição e previsão do fenômeno conjuntural.

Dentro dessa falta de rigidez rítmica, de uniformidade padrão, e de periodicidade matemática, os ciclos apresentam um relativo grau de comportamento, ocorrência e generalidade, o que tornou possível idealizar modelos, traçar as fases características de seu alastramento, e prever, até um certo ponto, o seu desdobramento e projeção no futuro, pelo estudo das séries e índices representativos da situação e evolução dos negócios.

Esclarecido êsse ponto, em que nos colocamos para evitar a falsa impressão de que espo-

(28) A. C. Pigou, "Industrial Fluctuations", cit. de James Estey, op. cit. p. 97.

samos o rigorismo dos modelos econométricos, dos periodogramas rígidos, ou das oscilações tipo-pendulares, tentaremos empreender a análise e descrição do fenômeno cíclico.

Partindo de uma posição de quase equilíbrio — porque do equilíbrio absoluto seria impossível, a não ser numa economia estática tipo Robinson Crusóé — o sistema econômico, em virtude das forças que trabalham pela instabilidade, dentro e fóra do circuito dos negócios, tende a projetar e refletir êsses fatores de perturbação, originando-se assim a marcha ascencional ou descencional do fenômeno cíclico.

Essas forças e fatores de perturbação têm sido estudadas por diversos autores e teóricos, e geralmente são classificadas, de acôrdo com a sua origem e procedência. E. C. Bratt, acompanhando uma grande maioria de modernos teóricos, classificou essas forças em exógenas e endógenas, para diferenciar aqueles impulsos originados de fóra ou de dentro do sistema. Os primeiros, assim foram enumerados: 1) As guerras ou ameaças de guerra, responsáveis pelo ambiente de devastação, desânimo, expectativa, especulação e nervosismo; 2) o tempo e o clima responsável, em grande parte, pela variação das colheitas e safras agrícolas; 3) os movimentos cíclicos nos países estrangeiros, determinados por desenvolvimentos rápidos na atividade agrícola, comercial ou industrial; 4) a mudança nos gostos e necessidades dos consumidores; 5) a utilização comercial de invenções e descobertas de um novo processo de produção ou

mudança de indústrias para lugares mais favoráveis; 6) as mudanças nas leis e regulamentos governamentais, afetando os métodos e práticas comerciais, tais como impostos, tarifas, sistema bancário, etc.; 7) os gastos governamentais (29).

A êsses fatores mencionados por Bratt, podia-se ainda acrescentar o aumento ou diminuição da população, incluindo os movimentos migratórios de tão larga repercussão e importância.

Os fatores endógenos, isto é, originados dentro do próprio circuito econômico, têm sido identificados através dos seguintes fatos e princípios observados: 1) Interação e interdependência do sistema econômico ("quaisquer mudanças no sistema dos negócios são transmitidas a outras esferas dos mercados"); 2) Princípio macro-econômico ("tôda ação individual é dependente do nível de atividade total"); 3) inovações, novos métodos de produção, novos recursos naturais (Schumpeter: "a lei do progresso é descrita pelas ondas de inovações"); 4) períodos de gestação na produção dos bens capitais; 5) ocorrência de períodos coincidentes de substituição de equipamentos e reinvestimentos nas indústrias; 6) princípio de aceleração (Keynes: qualquer flutuação na procura de bens de pouca duração ou serviços determina um aumento maior e mais amplificado na produção de bens capitais e equipamentos para produzi-los); 7) o multiplicador dos investi-

(29) E. C. Bratt, op. cit., p. 96. Segundo Bratt os fatores exógenos, por êle chamados de causas originárias, não criam os ciclos; porém êstes não existiriam sem êles. O que cria os ciclos é a reação e resposta do sistema de negócios às causas originárias. Vd. p. 105.

mentos (Keynes, Hansen: qualquer alteração no ritmo dos investimentos produz um aumento muito maior e amplificado do consumo por intermédio do aumento do poder aquisitivo determinado pelo aumento da renda); 8) expansão e contração do crédito; 9) mudança nos custos e na eficiência produtora; 10) variação acelerada nas taxas de juros a longo prazo; 11) flutuação nas taxas de juros a curto prazo (30).

Dentro dessas duas ordens de fatores, os autores divergem. Uns visualizam a origem dos ciclos no impulso inicial transmitido pelos fatores exógenos, externos, enquanto que outros, como Mitchell, se inclinam pelos agentes orgânicos internos.

Acreditamos que a tomada de posição **a priori** e específica de um ponto de vista, embora sirva para aprofundar a análise de uma tendência, de outro lado concorre para escurecer a visão universal e ampla, necessária à compreensão do complexo. Daí, o mais certo seria buscar as origens e motivações, tomando por base, não uma relação causal todo poderosa, mas sim o conjunto de forças e ocorrências que realmente estejam operando no sistema econômico, em um dado momento, projetando-se nas curvas dos negócios, independente de sua filiação ou hereditariedade.

Acreditamos que somente dentro dessa posição inter ou apartidária, será possível identificar a relação causal que determina o rompimento da

(30) E. C. Bratt, op. cit. pp. 108 **usque** 125. Segundo Bratt estes fatores são causas condicionadoras da perpetuação das oscilações cíclicas, p. 107.

situação de quase equilíbrio, da qual o sistema partiu. Aliás, neste particular, Pigou contribuiu grandemente para o esclarecimento da questão ao observar que "os ciclos não são gêmeos", e portanto cada um traz em si aspectos específicos e sui generis, em face do impacto daqueles fatores preponderantes, que concorrem, em um determinado período, para a sua eclosão.

Exemplificando, o ciclo da borracha, na Amazônia, independente de outras fôrças que possam ter contribuído para o seu aparecimento, foi inicialmente determinado pelo descobrimento do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear em 1839, aperfeiçoado por Hancock em 1842, e pela sua utilização na fabricação de pneumáticos, por Dunlop, em 1890. Tais inovações contribuíram para multiplicar a procura e forçar a alta dos preços. Já o ciclo que se iniciou nos Estados Unidos, a partir da recuperação de 1932 em diante, foi grandemente motivado pela política monetária e fiscal do govêrno e posteriormente amplificado pela irrupção da segunda Grande Guerra.

De qualquer forma contudo que se investiguem as origens do rompimento daquela posição inicial, atirando dessa maneira a economia para a boa ou má conjuntura, o fato importante é que êsses fatores, de procedência endógena ou exógena se encontram em estado potencial, e prontos para entrar em ação em qualquer momento de acôrdo com as circunstâncias que favoreçam o seu desenvolvimento.

Iniciado o movimento ascensional da conjuntura, os autores também divergem na concepção e análise das fases cíclicas. Mitchell divide a curva cíclica em nove fases, sendo a primeira a fase inicial, a quinta o ponto mais alto e a nona o ponto mais baixo da descida. Da primeira à quinta a economia se projeta na fase da prosperidade e da quinta à nona se desenvolve o declínio até a depressão (31).

Schumpeter prefere dividir a curva cíclica, em acima do normal e abaixo do normal. A primeira, cujo ponto de inflexão se inicia na posição por êle chamada "vizinhança do equilíbrio", vai em ascensão até atingir o mais alto nível e corresponde à fase de prosperidade. Daí a curva desce, atravessando a fase de recesso até atingir novamente a vizinhança do equilíbrio no novo ponto de inflexão. Dêsse ponto, se desenvolve a curva abaixo do normal, que percorre a descensional da depressão até alcançar o seu ponto mais baixo, quando a fase da recuperação a leva até chegar novamente à posição de quase equilíbrio. (32) Hansen, que sempre sobressae pela clareza de exposição, preferiu dividir os ciclos em duas fases: a) a fase de expansão, compreendendo a recuperação e prosperidade, e b) a fase de contração, compreendendo o recesso e a depressão. (33)

Muito embora continue como matéria controversa a identificação das causas originárias dos ciclos e a concepção e composição de suas fases,

(31) Cit. de Hansen, op. cit. pp. 9/10. Vd. gráfico n.º 2.

(32) Schumpeter, op. cit. pp. 210/213. Vd. Gráficos ns. 3 e 4.

(33) Alvin Hansen, op. cit., p. 7.

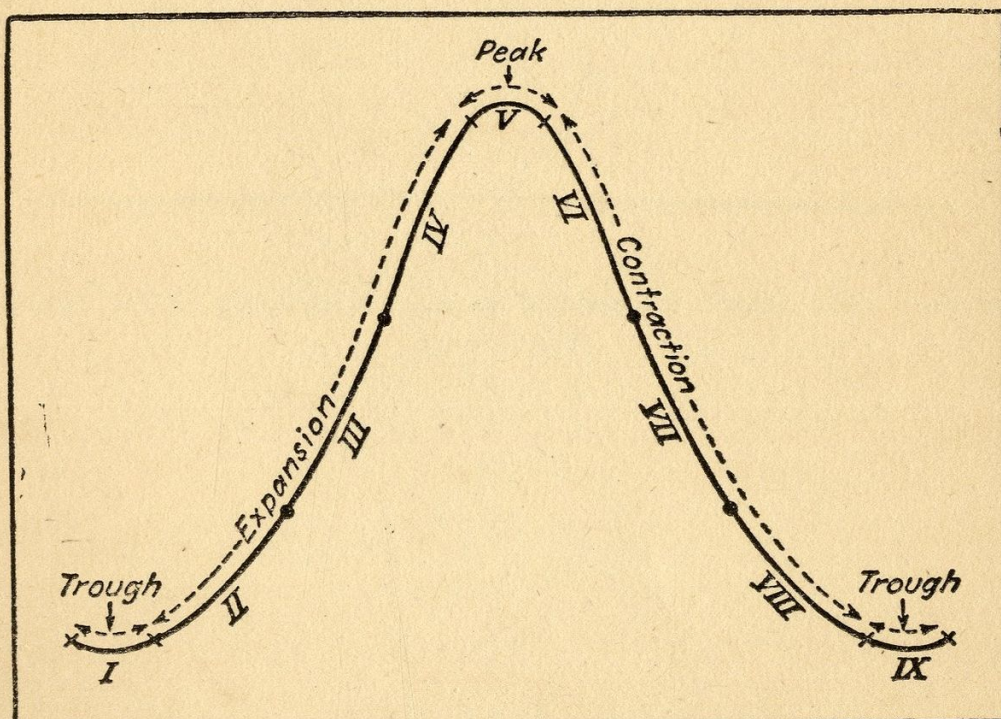


Gráfico n.º 2: Ciclo de 9 fases de Mitchell. Fonte: Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 10.

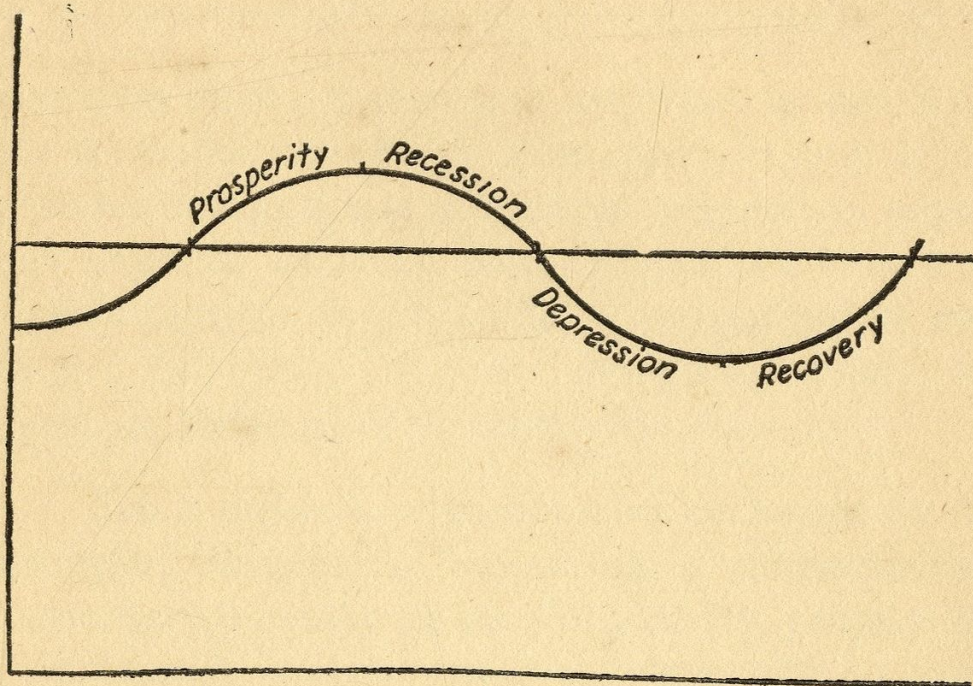


Gráfico n.º 3: Ciclo de 4 fases de Schumpeter. Fonte: Alvin Hansen, op. cit., p. 9.

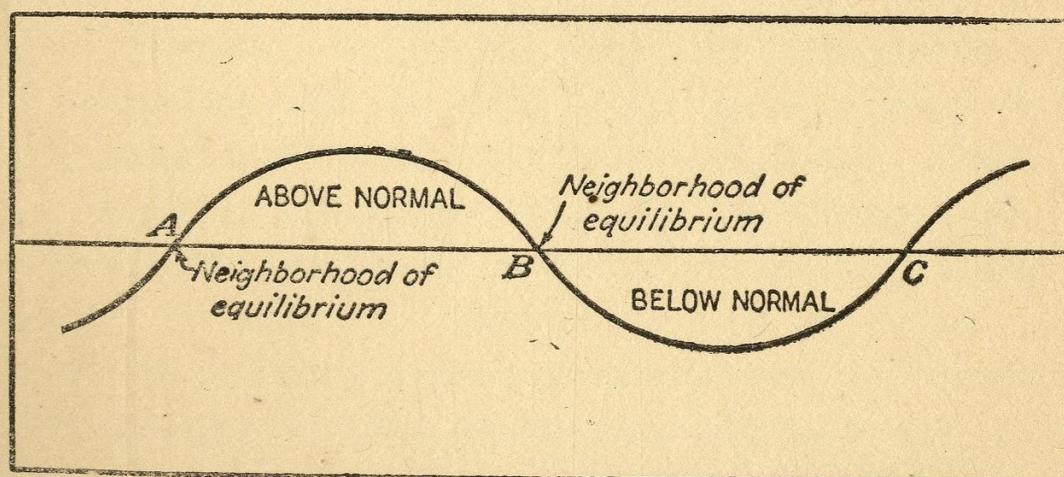


Gráfico n.º 4: A "vizinhança do equilíbrio" de Schumpeter. Fonte: Alvin Hansen, op. cit., p. 8.

constitue ponto quase que pacífico, a servir de denominador comum, a observação, a análise da marcha cíclica a que o impacto original dá lugar. Tal impacto, recebido pelo sistema econômico, é imediatamente amplificado e retransmitido por todo o complexo, cobrindo, em pouco tempo, as áreas de tôdas as atividades humanas.

Sob o estímulo e expectativa de lucros ou de situações favoráveis, industriais e comerciantes aumentam o campo de suas atividades, projetando e realizando investimentos ou alargando as suas linhas de negócio na esperança de um volume maior de vendas. Êsses investimentos, do início da fase característica da prosperidade são, por sua vez, grandemente facilitados pelo custo relativamente baixo da mão de obra, materiais, financiamentos e taxas de juros de um lado, e de outro pela escassez dos inventários e estoques resultantes da fase anterior.

A procura de bens capitais fixos, para os investimentos industriais, estimula e amplifica a procura da mão de obra e faz subir o nível de emprêgo e dos ganhos. Os preços nesta altura continuam ainda em situação de quase equilíbrio em virtude do aumento da produção dos bens de consumo corresponder ao aumento do volume da procura pelos consumidores. O aumento da procura dos bens de consumo estimula, por sua vez, um aumento maior na proporção dos investimentos, quer pela ampliação das facilidades de produção já existentes, quer pela adição de novas

empresas ou também pela substituição e modernização dos equipamentos.

Êsses bens capitais, quando postos a serviço da produção de bens de consumo, fazem aumentar consideravelmente o nível de emprêgo, determinando assim um novo aumento na procura de bens de consumo, em face do crescimento do poder aquisitivo e do número de consumidores.

Os Bancos nesta altura, também sentem o efeito direto da expansão, pelo crescimento do nível de procura dos financiamentos e empréstimos, concorrendo grandemente para a ampliação dos investimentos e lançamentos de novas incorporações. O aumento do poder aquisitivo e da renda dos consumidores, de um modo geral, determina a reserva de uma certa porção da renda para a poupança que se transforma nos depósitos bancários. Desta forma, novos recursos são fornecidos às instituições bancárias para continuarem operando em alto nível.

Expande-se também o volume das construções residenciais e comerciais, facilitado pela irrigação do crédito abundante e barato, cujo reflexo se faz sentir por toda a estrutura do sistema econômico, através de mais larga procura da matéria prima, mão de obra, bens capitais e de consumo.

Os lucros, nesta fase, tendem sempre a aumentar: os comerciais, resultantes do aumento do volume das vendas no atacado e no varejo. O pouco apêgo ao valor do dinheiro, característico da psicologia do "boom", torna o consumidor pouco cauteloso ou controlado na avaliação dos

preços e na estima dos seus gastos pessoais; as vendas a crédito levam os compradores a sacar sobre o futuro na expectativa de melhores rendas e salários. Os lucros industriais também se expandem pelo volume físico da produção e, sobretudo, pela situação favorável da relação salário-custo-preço; nesta fase, de um modo geral os salários atrasam-se em relação aos preços, possibilitando assim maiores margens de lucros.

À medida que o ciclo caminha e a economia exuberava pelas adições sucessivas de capitais fixos, pelo aumento de produção, consumo, gastos, etc., uma série de fatores tendem a perturbar a evolução geral dos negócios. A especulação generaliza-se em quase todos os setores da economia. Sobem os valores imobiliários, resultantes da força inflacionária, as ações melhoram as suas cotações nas Bolsas, os preços das mercadorias aumentam sob o efeito das majorações dos salários, da matéria prima, dos impostos. Os homens de negócio, antecipando novos aumentos, procuram avultar o volume dos seus estoques e inventários, para não serem apanhados de surpresa na nova alta; os fabricantes acumulam matéria prima, antecipando a possibilidade de sua escassez e elevação de custo; os consumidores compram mais livremente, sob o estímulo das vendas a crédito, além de suas possibilidades atuais; os depositantes, em face da alta do preço das utilidades e sob a influência da ameaça de desvalorização do dinheiro e da queda do seu poder aquisitivo, procuram garantir-se mediante investimentos no setor imobiliário.

Os salários que vinham retardados na maratona dos preços são progressivamente ajustados e reajustados em face do aumento do custo de vida e da escassez da mão-de-obra, determinada pela condição do emprêgo integral. Os efeitos dos aumentos dos salários, não resultantes do aumento da produtividade, conduzem a uma alternativa: ou se aumentam os preços das utilidades ou se reduzem as margens dos lucros. Se os preços aumentarem, nova onda de reajustamentos de salários, mais tarde ou mais cedo se desencadeará, a qual será, por sua vez, também superada por novos aumentos nos preços das utilidades. Se as margens de segurança dos lucros forem sacrificadas, a prosperidade chega ao fim, pelo desestímulo aos novos investimentos.

Nesta altura, atuam violentamente forças inflacionárias e deflacionárias, ao mesmo tempo, sobre as relações preço-custo, salário-lucro, renda-gastos, depósitos-empréstimos, produção-consumo, receita-despesa. Qualquer força restritiva ou adversa que prevaleça pode precipitar o desencadeamento da fase de contração recessiva: ocorrência de falências determinadas por erros de otimismo ou investimentos mal planejados; diminuição no volume das vendas e do consumo, causada por investimentos excessivos em alguns setores ou pela diminuição do nível da renda e do emprêgo; acumulação anormal de estoques; incidência pesada de impostos; aumento excessivo dos preços de materiais e mão de obra; esgotamento de recursos naturais; saturação do mercado interno ou exter-

no; ocorrência de greves prolongadas e outros conflitos; endurecimento nas condições de financiamento e taxas de juros; diminuição nos retornos esperados dos investimentos; desastres ou vicissitudes nos setores agrícolas, como perda de safras; mudanças legislativas de grande magnitude, etc.

Quaisquer dessas forças que cheguem a influenciar decisivamente na estrutura econômica, no fim da fase da prosperidade, poderão levar todo o sistema, de acordo com a magnitude e intensidade dos impactos, ao processo cumulativo da contração.

Uma vez iniciado o movimento recessivo, a tendência é para a sua difusão e propagação em todos os setores econômicos, retraindo e contraindo o ritmo geral do trabalho, produção, lucros, renda, etc. Um dos primeiros sinais do recesso é o aumento do número de desempregados, cuja influência é fundamental no processo desta fase cíclica. Deflagrado o desemprego, rapidamente vão sendo reduzidos os montantes dos salários pagos, paralelamente diminuindo o poder aquisitivo. Essa redução força uma diminuição no ritmo da produção dos bens de consumo, causando mais desemprego; a diminuição da produção dos bens de consumo reflete-se sobre a produção dos bens capitais necessários para produzi-los. A queda dos preços leva a um adiamento das compras, na esperança de preços ainda mais baixos, causando o fenômeno do entesouramento, pelo receio de não mais compensar o emprêgo da poupança em atividades reprodutivas. Os Bancos, por sua vez, em face

das falências verificadas, pressionam os devedores para liquidação de suas obrigações, afim de consolidar a sua posição de liquidez ameaçada, causando com essa pressão novas falências e avolumando a crise em extensão e profundidade. Os comerciantes, sob a pressão dos Bancos, credores, e do acúmulo de estoques excessivos, forçam a venda de suas mercadorias a preços de sacrifício, destruindo a estrutura dos preços e obrigando os concorrentes também a acompanharem a liquidação antes que se faça tarde e sejam obrigados a novos sacrifícios, de vez que o "primeiro prejuízo é lucro". Os preços das ações nas Bolsas caem, pela expectativa pessimista dos retornos e dividendos. As falências de alguns Bancos, casas comerciais e fábricas determinam a insolvência de outros Bancos, casas comerciais e fábricas. O declínio dos negócios, de um modo geral, traz um profundo pessimismo que, eventualmente, poderá transformar o recesso, através desse processo cumulativo, em aguda depressão.

A duração e amplitude desta última fase cíclica vai depender agora da combinação de uma série de fatores e forças. Achinstein, estudando essa fase, afirmou que

a depressão deixa um legado favorável à próxima fase de recuperação: os preços estão relativamente baixos, os custos de administração dos negócios grandemente reduzidos, as reservas bancárias estão relativamente grandes, os estoques de mercadorias baixos. Mais tarde ou mais cedo haverá um aumento do volume físico dos negócios. Qualquer evento propício, como colheitas excepcionalmente boas,

aumento nas exportações, guerra e inovações industriais, pode levantar o estado de depressão em direção à fase recuperadora dos negócios, precursora do novo ciclo de prosperidade (34).

Já Mitchell acredita que, assim como a prosperidade é a origem da depressão, esta é, por sua vez, a causadora da recuperação e da prosperidade do ciclo seguinte, sem mais referência a quaisquer eventos propícios ou agentes favoráveis. Ele, desta forma, esposa incondicionalmente a teoria orgânica e endógena, porque pressupõe que cada uma das fases do movimento conjuntural produz por si mesma a fase seguinte (35).

Por outro lado, Schumpeter, prefere ver a recuperação como uma fase do reaparecimento dos inovadores, alterando a função produtora, mediante novo sistema de trabalho, novos métodos de produção, descobrimento de novos mercados e produtos, determinando um incremento geral na atividade econômica restauradora do equilíbrio, rompido inicialmente pela prosperidade e posteriormente pela depressão. Assim, a recuperação é a última fase do ciclo e não a primeira (36).

Qualquer, no entanto, que seja a causa apontada para explicar a recuperação ou a prosperidade, permanece válida a afirmativa de Mitchell, ilustrativa da interação e interdependência do sistema econômico, sobre a qual repousa o processo cumulativo dos ciclos:

(34) Achinstein, op. cit. p. 144.

(35) Mitchell, "Business Cycles", cit., de Hansen, op. cit., p. 395.

(36) Schumpeter, op. cit., p. 156.

Tôdas as firmas estão ligadas umas às outras por laços financeiros, comerciais e industriais de uma tal forma que nenhuma prospera ou sofre sem afetar as outras (37).

A mesma ilustração e afirmativa poderemos aplicar no que se refere às relações cíclicas no âmbito internacional. As grandes depressões e prosperidades tendem a ser transmitidas de um país para outro, por intermédio do mecanismo dos mercados internacionais.

Nas últimas décadas, a sincronização do fenômeno cíclico doméstico com a conjuntura internacional tem sido observada com mais intensidade, em face do rápido desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, expansão da rede bancária, interdependência da economia dos países industriais com a economia dos países produtores de matéria prima, etc.

Um aumento, por exemplo, na atividade industrial dos Estados Unidos, é quase que imediatamente sentido naqueles países produtores de matéria prima em particular, e nos demais de um modo geral. Enquanto que, nos EE. UU., a prosperidade faz levantar o nível dos investimentos, produzindo um aumento no do emprêgo e no da renda, nos países produtores de matéria prima, vinculados ao mercado norte-americano, a prosperidade se fará sentir pelo incremento do volume físico e do valor das exportações; similarmemente, uma contração na atividade econômica norte-americana se reflete na maioria dos mercados for-

(37) Mitchell, op. cit., cit. de Achinstein, op. cit., p. 144.

necedores de matéria prima pela diminuição de suas exportações, que constituem o ponto mais sensível da variação conjuntural.

Neste particular, Hansen esclarece que a influência da conjuntura de um país sobre a do outro depende do grau de sua participação no comércio internacional. Os Estados Unidos, pela sua posição de liderança industrial e comercial, têm assim um papel dominante na propagação internacional dos movimentos cíclicos, papel êsse que, anteriormente, havia sido exercido pela Inglaterra (38).

A projeção internacional do fenômeno cíclico cria sérios problemas na economia de todos os povos. Por êsse motivo, tem-se estudado a solução ou atenuação da virulência cíclica, não somente em base nacional ou doméstica, mas também em conexão com medidas de caráter internacional.

Se o problema doméstico é por demais complexo, em face da quantidade e qualidade das forças que operam no complexo conjuntural, mais difícil será a tarefa da política anti-cíclica internacional, em face dos entrechoques e conflitos dos interesses nacionais dos diversos países.

(38) Hansen, op. cit., pp. 595/596.

4. Duração e periodicidade

Uma análise descritiva do fenômeno conjuntural seria incompleta sem a inclusão do problema da duração e periodicidade cíclica. Muitas tentativas já foram feitas no sentido de descobrir uma certa uniformidade no comportamento das séries estatísticas, representativas das situações mais sensíveis da evolução dos negócios.

Entre as tentativas feitas, sobressaem a dos Anais de Thorp e seus colegas, baseada em observações registradas num período de mais de 125 anos. Os referidos Anais revelaram a existência de uma certa periodicidade, tendo sido encontrada, para o período de 1796-1920 nos Estados Unidos e para o período de 1793-1920, na Grã-Bretanha, a seguinte duração cíclica, medida de uma recessão a outra: (39)

País	Número de ciclos	Duração mínima Máxima	Duração média	Duração mais comum
Estados Unidos ..	32	1 a 9 anos	4 anos	3 anos
Grã-Bretanha . . .	22	2 a 10 "	5 $\frac{3}{4}$ "	4 "

(39) H.L. Thorp. "Business Annals", New York, 1926 cit. de Estey, op. cit. p. 78.

Hansen tentou também medir a duração e periodicidade, tendo encontrado a seguinte distribuição: (40)

1. Grandes ciclos de duração média de 8 anos
2. Pequenos ciclos de duração média de 3,5 anos.

Para os anos de 1857 a 1937, nos Estados Unidos, êle encontrou 10 grandes ciclos e 23 pequenos ciclos.

Mitchell, o mais eminente teorista cíclico americano da escola institucionalista, examinando o período de 1878-1923 nos EE. UU., encontrou a duração média dos ciclos em 42 meses, ou sejam 3 anos e meio, sendo que a fase ascensional tinha uma duração de 23 meses, e a descensional média 20 meses. (41)

Os Anais de Thorp revelaram, neste particular, que a fase de prosperidade geralmente assinalava uma duração maior que as outras. A distribuição por meses das várias fases cíclicas, analisadas por Thorp, em 17 países, de 1890 a 1925, foi a seguinte: (42)

Fase cíclica	Meses	Percentagem
Prosperidade	2.888	39.3%
Depressão	1.756	36.8%
Recesso e Recuperação	2.700	23.9%
TOTAL	7.344	100.0%

Outra observação feita por F. E. Mill, reproduzida por Mitchell, é a de que a duração cíclica varia de país para país, de acôrdo com o grau do

(40) Alvin Hansen, "Fiscal Policy & Business Cycles", p. 19.

(41) Mitchell, "Business Cycles", p. 420.

(42) H. L. Thorp, op. cit. p. 63.

desenvolvimento capitalista. Assim êle encontrou, em sua análise, uma duração maior nas fases iniciais do desenvolvimento econômico-industrial (70.3 meses); mais curta durante a fase de transição (49.1 meses) e novamente mais longa, durante o estágio da relativa estabilidade econômica (76.7 meses). (43)

Por outro lado, o prof. Schumpeter, baseado nos estudos do economista russo Kondratieff, do economista francês Juglar e do economista americano Kitchin, adiantou a hipótese da existência concomitante e concorrente de três ciclos de duração diferente, assim distribuídos: (44)

1. Um grande ciclo de 50 a 60 anos de duração, por êle nomeado — Ciclo Kondratieff.
2. Um médio ciclo de 9 a 10 anos de duração, por êle chamado de — Ciclo Juglar.
3. Um pequeno ciclo de 40 meses de duração, por êle denominado — Ciclo Kitchin.

O ciclo Kondratieff, de longa duração, conteria 6 ciclos Juglares, e cada Juglar 3 ciclos Kitchins, o que dá a relação aritmética de 18 : 3 : 1, conforme ilustra o gráfico nº 5. Apesar da construção de seu modelo econométrico, Schumpeter não advoga a existência de ciclos de duração regular e rígida, muito embora em linhas gerais haja admitido a sua existência. Tal modelo serviria apenas para ilustração de uma relativa regularidade que seria melhor representada pela curva irregular, composta da soma das curvas dos três ciclos conforme gráfico nº 6. Isto porque, sendo

(43) Cit. de Mitchell, op. cit. pp. 412/416.

(44) Schumpeter, op. cit., p. 213.

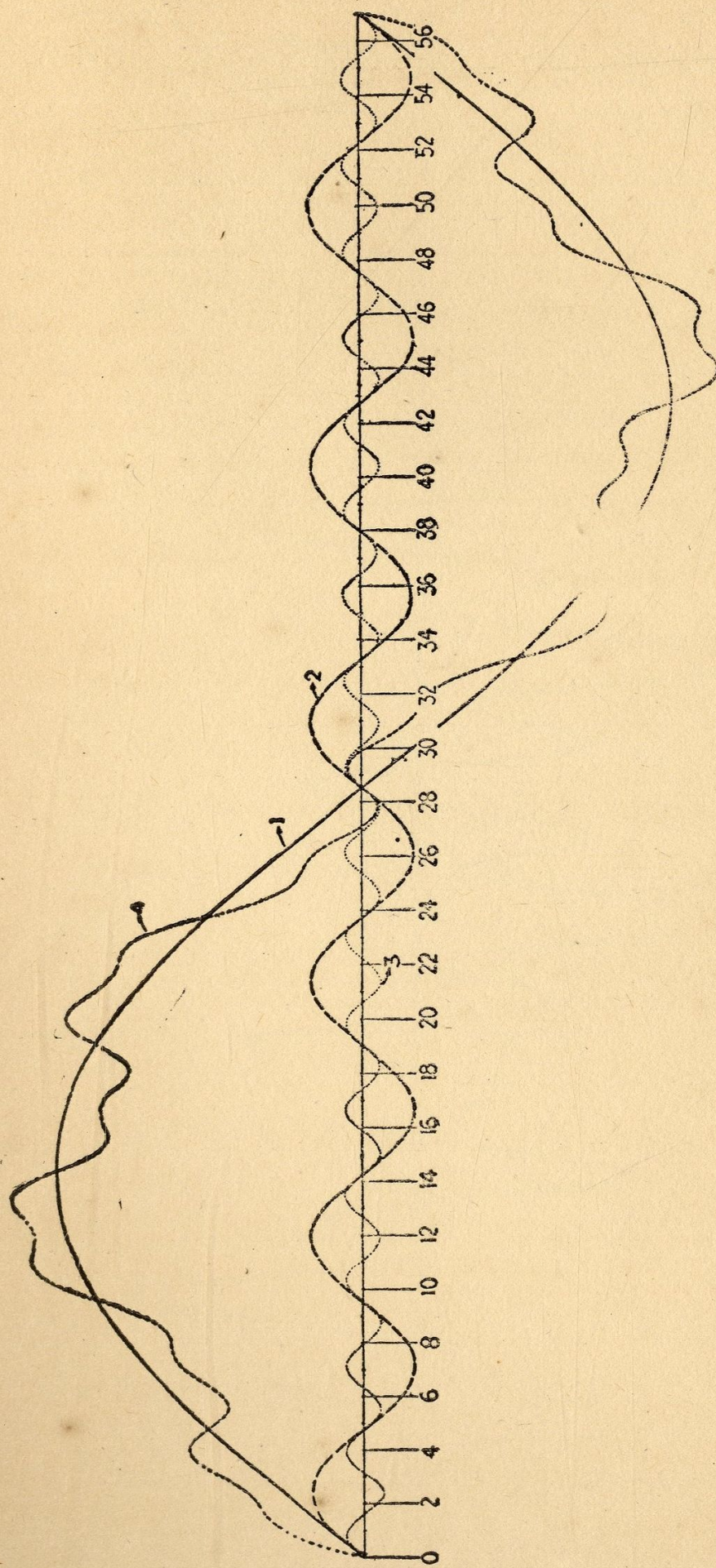


Gráfico n.º 5: Os Ciclos de Schumpeter.

Curva n.º 1: Grande Ciclo Kondratieff. Curva n.º 2: Médio Ciclo Juglar. Curva n.º 3: Pequeno Ciclo Kitchin. Curva n.º 4: Soma das curvas ns. 1 - 2 - 3.

Fonte: J. A. Schumpeter, in "Business Cycles", Vol. I, p. 213.

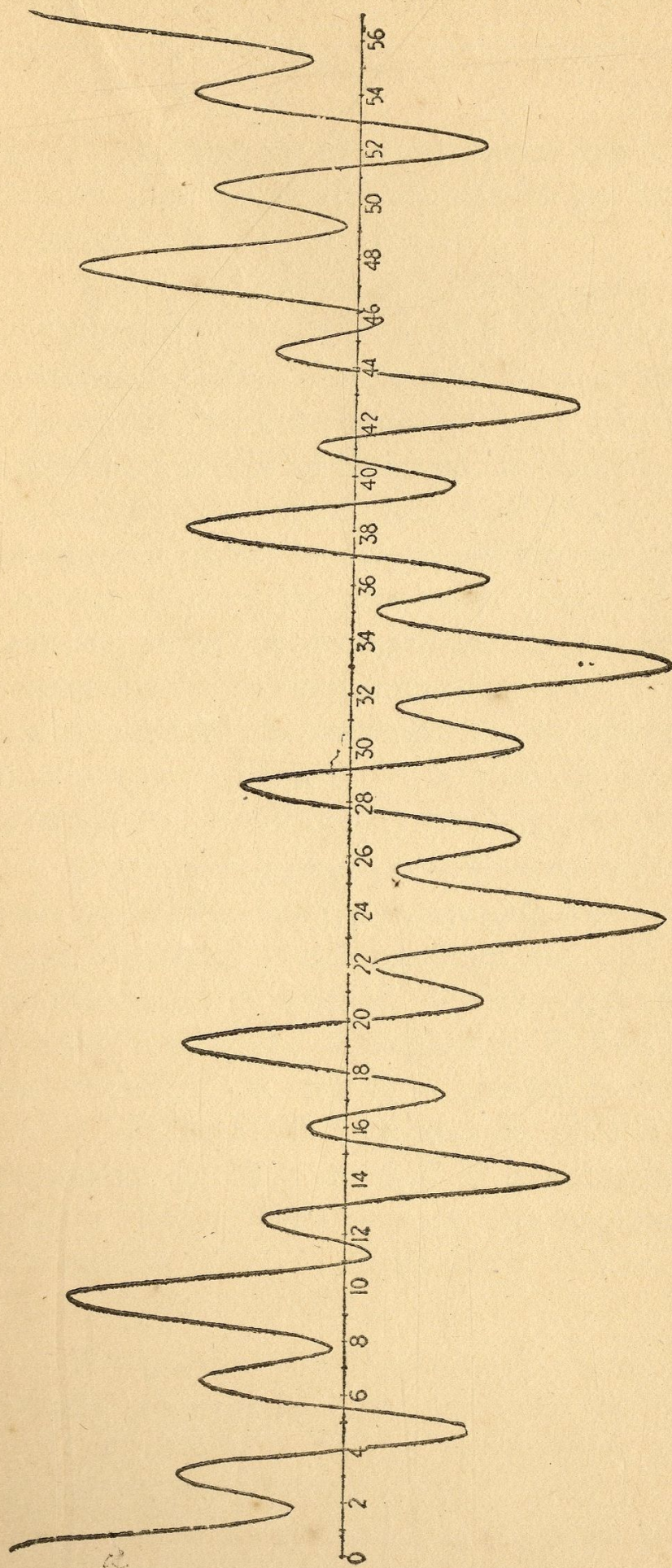


Gráfico n.º 6: Projeção da curva composta dos três Ciclos de Schumpeter indicados no Graf. n.º 5. Fonte: J. A. Schumpeter, in "Business Cycles", Vol. I, p. 214.

de Kondratieff burguesa, pelo fato dos interesses e atitudes das classes comerciais e industriais controlarem, como nunca dantes foi observado, a política e a manifestação da cultura. (47) Neste ciclo a prosperidade estendeu-se de 1843 a 1857, o recesso de 1857 a 1869, a depressão de 1870 a 1884-5 e a recuperação de 1886 a 1897. As datas das seis Juglares sobrepostas neste grande ciclo seriam: 1834-51, 1852-60, 1861-9 1870-9 1879-88 e 1889-97.

A terceira Kondratieff marcou importantes desenvolvimentos, inovações e invenções tecnológicas. É o ciclo da eletricidade, do motor de explosão, da energia hidráulica, do automóvel, da rápida expansão das estradas de rodagem, da revolução agrícola pelo uso extensivo dos fertilizantes, da recuperação do solo e das máquinas; é o ciclo da produção industrial em massa, do levantamento do nível de vida pelo aparecimento, naqueles países mais desenvolvidos, de uma poderosa classe média. Também é o ciclo das grandes guerras mundiais, do progresso rápido da aviação militar e civil, bem como do aparecimento da legislação trabalhista e social, dos grandes "trusts" e por fim do princípio da intervenção do governo no domínio econômico. Por isso, Schumpeter denominou êsse ciclo de Kondratieff Néo-Mercantilista, para ressaltar o fato da mudança na atmosfera social, a partir do ano de 1897, determinada, segundo êle, pelos seguintes fatores: 1) recrudescência do aumento das despesas com

(47) Schumpeter, op. cit., p. 305.

armamentos; 2) novo espírito de legislação social e fiscal; 3) aparecimento da política radical-socialista, e 4) crescimento e mudança nas atitudes do movimento sindical. (48) Neste ciclo, a fase de prosperidade durou de 1898 a 1911, o recesso de 1912 a 1924-5, e a depressão de 1925-6 a 1939. (49)

Infelizmente, Schumpeter não chegou a formular a sua Quarta Kondratieff; contudo, se ainda vivesse, de certo, dentro da evolução do seu raciocínio, a teria registrado e identificado com o aparecimento da energia atômica. Assim a Kondratieff atômica haveria marcado o início de um novo ciclo, pelo desdobramento das perspectivas da utilização dessa força para fins pacíficos e industriais, a qual de certo trará profundas modificações na órbita social, econômica e política, de um modo geral, como também no complexo capitalista-conjuntural, de um modo particular. Mudanças sobretudo, na compreensão e na necessidade do conjugamento dos esforços no plano doméstico e no nível internacional para a solução pacífica dos problemas que afetam as nações.

A análise da periodicidade cíclica, feita até aqui, demonstra que, no passado, os ciclos se desenvolveram dentro de um padrão de relativa regularidade, em vista de terem operado num ambiente mais ou menos livre das injunções políticas. Contudo, com a crescente complexidade dos fatores que se conjugam para quebrar essa

(48) Schumpeter, op. cit., p. 399.

(49) Schumpeter, op. cit., p. 402. Vd. Achinstein, op. cit., p. 466.

regularidade, torna-se difícil, ou mesmo quase impossível formular ou aceitar hipóteses de períodos cíclicos de natureza regular e definida, no estágio atual do desenvolvimento econômico. Essa complexidade tem sido imensamente agravada pela intervenção do poder público no domínio econômico, em quase todos os países, por intermédio dos planejamentos e da política monetária-fiscal anti-conjuntural.

A limitação acima oferecida não implica em aceitar a hipótese de que os fenômenos cíclicos se extinguiram. Se os ciclos continuarão a se desenvolver no futuro, aproximando-se ou não dos padrões do passado, é uma hipótese que somente outra geração poderá verificar pelo desdobramento e marcha da situação atual no futuro.

Todavia, podemos antecipar que os aspectos internacionais cíclicos serão doravante mais graves do que o foram no pretérito, se uma organização internacional anti-cíclica não puder funcionar. A interdependência dos países, o desenvolvimento dos de economia colonial, a rápida expansão dos meios de transporte e comunicação, a abertura de novos campos de investimentos na fronteira da ciência, a formação de blocos e uniões políticas e econômicas levam a crer na propagação célere dos ciclos, no plano internacional, uma vez iniciado o movimento cíclico nos países líderes.

5. Teorias conjunturais

Na análise descritiva que tentamos fazer do fenômeno conjuntural abordamos, embora superficialmente, a variedade de causas que têm sido apontadas para explicar as flutuações e oscilações cíclicas. Aqui, no entanto, tentaremos expor e analisar as principais teorias, imprimindo ênfase especial àquelas de maior relêvo e importância.

Em face da variedade de forças e fatores operando dentro e fora do sistema econômico, os teóricos da conjuntura têm divergido grandemente, através dos tempos e em diferentes países, sobre as verdadeiras origens daqueles impulsos que levantam e baixam a temperatura dos negócios.

James Estey, pretendendo simplificar o problema, procurou classificar as teorias nos seguintes grupamentos: 1) teorias de mudanças tecnológicas, inovações e aumento da procura, que ele chamou de causas reais; 2) teorias psicológicas; 3) teorias monetárias e 4) teorias associadas com a variação da poupança e gasto. (50)

Já Hansen (51) e Bratt (52) preferiram mais simples esquema de teorias, classificando-as, de acordo com a origem e procedência das forças e

(50) James Estey, *op. cit.*, p. 155.

(51) Hansen, *op. cit.*, p. 411.

(52) E. C. Bratt, *op. cit.*, pp. 161/185.

impulsos, em exógenas e endógenas. As exógenas, segundo Bratt, seriam aquelas que procuram explicar o fenômeno conjuntural pelos fatores que se originam, principalmente, fóra do sistema econômico e por êle assim resumidamente enumeradas: 1) clima (Huntington, Jevons), irradiação e manchas solares (Stanley Jevons, Moore); 2) guerras (Ayres); 3) inovações (Schumpeter); 4) população (Losch); 5) episódicas (Slutsky).

As teorias endógenas seriam aquelas que procuram dar ênfase àquelas forças que se originam do próprio sistema econômico, e foram assim distribuídas por Bratt: 1) lucro (Mitchell); 2) supercapitalização dos lucros (Veblen); 3) psicológicas (Pigou); 4) monetárias e crediárias (Hawtrey); 5) super-investimentos não monetários (Spiethoff); 6) sub-consumo (Foster, Catchings) e 7) sub-investimentos (Keynes, Hansen).

Nesta classificação, Bratt reconhece que alguns dos teóricos não chegaram, de fato, a traçar uma fronteira causal definida, buscando no entanto dar certo realce a determinados fatores pelo que deixaram margem à sua inclusão em uma dessas classificações. Aliás, constitue problema mais grave nesse particular a questão da existência ou não de forças inteiramente endógenas ou exógenas, operando com exclusividade dentro ou fóra do sistema, e do modo de reconhecê-las como tais. Daí o prof. Schumpeter preferir denominá-las agentes externos provenientes de irregularidades externas, e agentes internos relacionados com

irregularidades internas. (53)

De qualquer forma, essas teorias revelam o esforço especulativo e analítico dos teóricos cíclicos, e como tal merecem ser tratadas e expostas, embora resumidamente, a seguir.

A teoria climática, combinada com a das irradiações e manchas solares, foi, pela primeira vez, expendida pelo economista inglês Stanley Jevons, em íntima conexão com as flutuações periódicas na atividade econômica, durante o ano de 1875. Segundo Jevons, as crises comerciais estariam ligadas com uma periódica variação climática, afetando toda a Terra, através das grandes ondas de calor recebidas do Sol, em intervalos médios de 10 anos e fração. (54) Essas "variações na intensidade da irradiação solar repercutiriam na terra em boas ou más colheitas, as quais, por sua vez, determinariam as crises" (55). Desta forma, o ciclo astronômico seria na verdade a origem do ciclo dos negócios.

Na época em que Stanley Jevons formulou a sua hipótese, estava em voga a teoria das manchas solares e sem dúvida sofreu-lhe a influência, posto que haja também reconhecido a de outros fatores concorrentes. A sua teoria solar foi mais tarde tomada por seu filho H. S. Jevons que tentou reabilitar a hipótese paterna, ajustando-a aos novos períodos de irradiação solar descobertos, e justificando assim a existência de ciclos de duração

(53) Schumpeter, op. cit., p. 7.

(54) H. S. Jevons. "Investigations in Currency and Finance". London, 1844 cit. de Hansen, op. cit., p. 219.

(55) Charles Gide, "Compêndio de Economia Política", Porto Alegre, 1940, pp. 129/130.

variável entre 7 a 10,5 anos. (56) Recentemente a teoria metereológica foi revivida, em 1934, por Carlos Garcia Matta e Felix Shaffner, que lhe ofereceram uma fantástica explicação, pela qual a variação nos negócios dependeria do grau de vitalidade humana, originada pela variação dos raios ultra-violetas ou pela suposta na atividade magnética, associada com o ciclo das manchas solares. Segundo êsses dois autores, a mudança na radiação ultra-violeta seria capaz de causar perturbação na saúde e vitalidade humana; enquanto que a atividade magnética poderia afetar o estado mental do povo e causar as variações de otimismo e pessimismo, que são importantes fatores no comportamento cíclico. (57) Daí o prof. Bratt ter concluído, ironicamente, que se essa teoria fôsse de fato verdadeira o uso judicioso da lâmpada ultra-violeta poderia controlar as flutuações cíclicas. (58)

O prof. Huntington, em 1919, procurou também apresentar a sua teoria climática, afirmando que o calor e o clima, responsáveis pela saúde do homem, poderiam causar a flutuação econômica pelo enfraquecimento ou fortalecimento da energia humana. De outro lado, o professor Moore desenvolveu a sua teoria ao redor da precipitação das chuvas, chegando a afirmar, através de suas observações, a existência de um ciclo agrícola de

(56) E. C. Bratt. op. cit., p. 164.

(57) C. Garcia-Mata and F. I. Shafner, "Solar and Economic Relationship", 1934, Quaterly Journal of Economics, Vol. 49 cit. de James Estey op. cit., p. 192.

(58) E. C. Bratt, op. cit., p. 165.

8 anos de duração nos Estados de Ohio e Illinois, causado pela variação pluviométrica. (59)

As guerras também têm sido apontadas pelos teóricos da conjuntura como originárias e responsáveis pelos ciclos econômicos. O estudo mais importante neste setor foi realizado nos EE. UU. por Leonard Ayres, que concluiu pela existência de uma série relativamente uniforme de movimentos cíclicos após as guerras. Esta sequência se desenvolveria, segundo Ayres, na seguinte ordem: 1) Inflação nos preços das mercadorias, logo no após-guerra; 2) prosperidade rural e especulação rural imobiliária; 3) deflação nos preços e uma curta depressão primária; 4) período de prosperidade urbana e especulação generalizada, 5) deflação secundária dos preços, acompanhada de profunda e longa depressão. (60)

Joseph Schumpeter, Professor de Economia da Universidade de Harvard, elaborou uma interessante teoria cíclica, que merece ser analisada com maiores detalhes. Segundo êle, no seu sugestivo e monumental trabalho "Business Cycles — A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process", o processo evolutivo da economia capitalista é idêntico com a sequência de fatos que deram origem ao fenômeno dos ciclos de negócios. (61)

(59) Henry L. Moore, "Economic Cycles", New York, 1914, cit., de Estey, op. cit., p. 191.

(60) Leonard Ayres, "The Economics of Recovery", New York, 1933 cit. de E. C. Bratt, op. cit., p. 165.

(61) Schumpeter, op. cit., 224. O prof. Schumpeter define o capitalismo como a forma de economia de propriedade privada, na qual as inovações são feitas por intermédio de dinheiro emprestado, que implica, geralmente, na criação do crédito.

Daí ter afirmado que a economia capitalista repousa essencialmente sôbre uma permanente instabilidade, mudança e evolução. Sem essa evolução e mudança

a sociedade capitalista não poderia existir, porque as funções econômicas e a base econômica sôbre a qual repousa pereceriam, se essa evolução e mudança deixassem de existir: sem inovação, não teríamos empresários; sem atividade empresarial, não teríamos nem os resultados nem o avanço capitalista. A atmosfera da revolução industrial — de progresso — é a única na qual o capitalismo pode sobreviver. (62)

Assim formou-se o complexo capitalista-conjuntural, baseado na instabilidade característica da estrutura do sistema econômico, e que deu origem às constantes mutações, ajustamentos e variações na atividade econômica, face ao aparecimento periódico dos grandes inovadores. Tais inovadores têm uma função primordial, pois alteram a função produtora, introduzem novos métodos de produção, novos produtos, encontram novos mercados e fontes de matéria-prima, abrem perspectivas de investimentos, e são os que de fato originam, impulsionam e iniciam os ciclos. (63)

Schumpeter idealizou três etapas na elaboração de sua teoria cíclica. (64) Na primeira, êle construiu um modelo simplificado e ideal de uma sociedade competitiva de cunho fechado, na qual se processa a atividade econômica em condições ideais ou quase ideais de equilíbrio, dentro de um

(62) Schumpeter, op. cit., Vol. II, p. 1.033.

(63) Schumpeter, op. cit., Vol. I, p. 221.

(64) Schumpeter, op. cit., Vol. I, pp. 131/145.

processo estacionário. Neste tipo de sociedade, os processos de produção são rotineiros e as mesmas quantidades de bens são mais ou menos produzidas anualmente; cada firma conhece pela experiência o volume esperado de vendas; os preços também são estáveis. Com o aparecimento dos inovadores, esta cena começa a ser modificada e uma nova situação emerge. A introdução de novos métodos de produção, o surgimento de um novo mercado ou de um tipo de produto, ao influxo enfim das inovações que vão sendo introduzidas, um movimento cíclico de duas fases tende a irromper. A primeira fase — a prosperidade — surge pela expansão da capacidade produtora, que faz levantar os custos e preços, face à procura e disputa da mão de obra e matéria prima entre as firmas. O aumento da renda, possibilitado pela expansão das despesas e ganhos, faz com que esta expansão se difunda por todo o sistema econômico. Na segunda fase — o recesso — o aparecimento de novas instalações e equipamentos industriais incrementa a produção a um ponto em que os preços começam a cair. A queda dos preços, dada a elevação dos custos, tem uma influência restritiva no surgimento de novas indústrias e inovações pela diminuição da expectativa dos lucros. Algumas firmas começam a sofrer prejuízos, os débitos têm que ser pagos e uma contração no poder aquisitivo se verifica de pronto.

Esse processo cíclico de duas fases — prosperidade e recesso — estaria completo, explica Schumpeter, pois o sistema deveria voltar logo à

posição inicial da "vizinhança do equilíbrio", de onde partiu, se não surgissem as forças perturbadoras, tanto numa como na outra fase. (65)

Na segunda etapa, este processo cíclico de duas fases tende a se transformar em quatro — prosperidade, recesso, depressão e recuperação, — em virtude da aparição dessas forças, que Schumpeter denominou "ondas secundárias". Estas tomam aqui posição proeminente, desenvolvendo-se através dos erros e excessos de otimismo e pessimismo, má direção dos investimentos, especulação, desinvestimentos, liquidações precipitadas, etc. Exemplificando, ele observou que, nesta fase, as famílias

se empenham para comprar bens de consumo na expectativa de que as rendas atuais sejam mantidas permanentemente ou aumentadas; as firmas empenham-se para expandir as suas linhas de negócios, na esperança de que a procura se mantenha ou continue aumentando; as fazendas são compradas por quantias que somente poderão ser pagas se os preços dos produtos agrícolas continuarem no nível atual ou melhorarem.

Assim, na prosperidade, os ganhos atuais, que são efêmeros, e os ganhos futuros, que são imaginários, são capitalizados. (66)

O otimismo exagerado mais tarde dará origem ao pessimismo também excessivo. As restrições dos negócios engendrarão novas restrições. O desemprego inicial, num setor, refletir-se-á em novos desempregos em outros setores e assim o processo cumulativo cíclico, que poderia ter ficado

(65) Schumpeter, op. cit., Vol. I, p. 146.

(66) Schumpeter, op. cit., Vol. I, p. 147.

em redor da posição de equilíbrio, entra a percorrer a fase depressiva, até que as forças de recuperação levem o sistema à nova posição de equilíbrio.

Schumpeter, classificou em sua teoria as fases de prosperidade e recuperação como positivas, e as de recesso e depressão, como negativas do ciclo. Entretanto, êle frisou que a fase depressiva não é parte integrante e necessária dos ciclos. A ocorrência ou não desta fase vai depender de circunstâncias acidentais, como o temperamento e mentalidade da comunidade de negócios e do público, da prevalência ou não da especulação, da maneira pela qual o crédito é manipulado, etc. (67).

Na terceira etapa do processo cíclico, Schumpeter analisa o fato de que uma vez iniciado êsse processo, por intermédio dos inovadores, aparecem simultaneamente diversos ciclos de diferente amplitude e duração. Isso motivado pelo fato de que as inovações variam de importância e intensidade, podendo prolongar-se de acôrdo com o tempo necessário para o seu desenvolvimento. Daí haver êle combinado, no seu esquema, os ciclos de longa duração com os médios e os de curta duração. (68) E, muito embora êle tenha reconhecido a precariedade do estabelecimento de períodos cíclicos, de duração regular, mesmo assim avançou a idéia de sua ocorrência mediante a formulação dessa hipótese.

A teoria conjuntural da população também tem merecido especial consideração por diversos

(67) Schumpeter, op. cit., Vol. I, p. 150.

(68) Schumpeter, op. cit., Vol. I, pp. 161/9.

teoristas, a partir de Malthus. Posto que Malthus haja imprimido mais ênfase na super-produção, resultante da procura inadequada e precária, como principal fator responsável pelas crises, a formulação da lei que tomou o seu nome (69), teve o grande mérito de chamar a atenção dos economistas para a influência exercida pelo aumento ou decréscimo demográfico sobre o fenômeno conjuntural.

Mais recentemente esta teoria foi retomada por August Losch, E. C. Snow e Hansen. Losch, citado por Bratt, construiu a sua hipótese cíclica populacional em função das guerras. Segundo êsse autor, durante as guerras processa-se um declínio no índice de nascimento e um aumento anormal nas taxas de mortalidade; depois das guerras cresce o índice do primeiro e diminuem as taxas da segunda, determinando assim uma rápida expansão demográfica. Tal expansão populacional estimula o ritmo dos investimentos, aumenta o nível de construções e faz crescer o consumo que são fatores essenciais e característicos dos ciclos. (70)

E. C. Snow, citado por Achinstein, de outro lado, esposou a teoria demográfica, porém em íntima associação com o desenvolvimento industrial. Em seu opinar,

as grandes invenções industriais frutificaram devido ao rápido aumento da população, e êste rápido aumento foi que ajudou a indústria, ao contrário do

(69) Achinstein, op. cit., p. 374.

(70) Vd. Bratt, op. cit., p. 167.

que já se afirmou que a indústria contribuiu para aumentar a população. (71)

Modernamente, Alvin Hansen desenvolveu a tese de que a economia americana havia atingido o estado de madureza, porque, em grande parte, o aumento da população estava sendo detido. Concomitantemente a essa diminuição no ritmo ascensional da população americana, também estavam diminuindo as oportunidades e perspectivas de investimentos, pela saturação dos mercados, de forma que a estagnação econômica, secundando a estagnação demográfica, seria inevitável, dentro de pouco tempo, a menos que o governo diretamente interferisse no processo. (72) Essa teoria de madureza econômica de Hansen, nos últimos tempos, ficou seriamente comprometida pela evolução dos acontecimentos posteriores à sua formulação. Ao contrário do prognóstico de Hansen, a população estadunidense retomou o seu ritmo ascensional, e a sua economia, longe de ter atingido a saturação e estagnação prevista, continua em marcha, face ao avanço tecnológico industrial e científico que tem aberto constantemente novas áreas de expansão e investimento.

A teoria cíclica psicológica foi em parte aceita e elaborada pelo eminente economista inglês A. C. Pigou, no seu livro "Industrial Fluctuations". Conforme Pigou, o otimismo e pessimismo gerados em certa fase do desenvolvimento dos negócios, respondem pela propagação cíclica. Sob o influxo

(71) E. C. Snow, "The Limits of Industrial Employment", 1935, cit. por Achinstein, op. cit., p. 374.

(72) Alvin Hansen, "Fiscal Policy and Business Cycles", p. 353.

do otimismo os homens de negócio adquirem confiança e o expandem nas suas linhas, aumentando as suas compras. Os industriais, contagiados por essa epidemia de otimismo, por sua vez aumentam as suas instalações e projetam novos investimentos. Os consumidores sacam sôbre o futuro, empenhando-se para adquirir bens, na expectativa de que suas rendas cresçam. Os banqueiros deixam-se envolver, com facilidade, por essa euforia psicológica, tornando-se mais acessíveis e menos exigentes, afrouxando as condições para concessão de créditos e empréstimos. Sob o signo dessa atmosfera psicológica de otimismo, a economia se expande. (73)

Êsse processo psicológico, segundo Pigou, é perturbado no auge da prosperidade pelos erros e excessos, que mais tarde se tornarão responsáveis pela degenerescência da fase expansional. Assim,

os erros de otimismo, por parte de um grupo de homens de negócio, criam justificativa para um aumento nas expectativas por parte de outros grupos. Êstes êrros são cumulativos e se desenvolvem até que chega o tempo em que a realidade da expansão exagerada do volume do comércio e produção indica a necessidade de serem desfeitos os estoques mesmo a preços não-lucrativos. Isto traz à realidade os homens de negócio, que passam a reconhecer a evidência de seus erros. Então os erros de otimismo dão lugar aos erros de pessimismo. O estado depressivo continúa até que uma escassez palpável de mercadorias acorde a comunidade de negócios, transmitindo-lhe a impressão de que foram cautelosos demais em suas compras. O otimismo renasce. Os pedidos

(73) A. C. Pigou, "Industrial Fluctuation", Cap. VII.

aumentam e os negócios melhoram. À medida que a restauração econômica prossegue, o jôgo dos erros psicológicos mais uma vez entra a operar. (74)

Charles Gide, em parte, adotou também a explicação psicológica dos ciclos ao afirmar que "o mal é antes psicológico que econômico; é mais uma questão de educação. É o caso de se ensinar ao público a não pensar que precisa comprar um valor porque êste sobe, nem vendê-lo porque baixa". (75)

A teoria monetária dos ciclos, cujo melhor expositor e adepto foi R. G. Hawtrey, economista inglês, parte do ponto inicial de que o dinheiro e o mecanismo bancário são os fatores centrais, responsáveis pelo comportamento cíclico dos negócios. As proposições básicas da teoria monetária dêsse autor foram assim esquematizadas por Estey: (76)

1. O conhecido comportamento dos ciclos não poderia ocorrer na ausência de um suprimento elástico de dinheiro;
2. Os suprimentos monetários de todos os países, que possuem um sistema bancário desenvolvido, é elástico, isto é, capaz de expansão e contração;
3. A ocorrência dessa expansão e contração conduz à expansão ou contração cumulativa da indústria, e seria suficiente para gerar os ciclos, mesmo se outras causas não ocorressem;
4. O comportamento normal dos banqueiros é de tal forma que os leva a difundirem essas contrações ou expansões, em vez de tentarem con-

(74) Vd. Achinstein, op. cit., pp. 17/18.

(75) Charles Gide, op. cit., p. 134.

(76) Estey, op. cit., pp. 207/8.

trolar os suprimentos monetários, no interesse da estabilização;

5. Conclusão: O ciclo de negócios é essencialmente o resultado da variação dos suprimentos de dinheiro, produzidos pelo sistema bancário dos países altamente industrializados.

Por êsse processo, a fase de prosperidade é projetada pela expansão e velocidade da circulação do dinheiro e do crédito. O aumento dos meios de pagamento — i. e. meio circulante mais depósitos bancários — conjugado com o oferecimento e utilização do crédito bancário em termos liberais, impulsionaliam a conjuntura, inflacionando tôda a estrutura dos preços. Inversamente, a escassez dos meios de pagamento e uma política restrita dos créditos determinariam o deflacionamento geral da atividade econômica, gerando o desemprego, os desinvestimentos, as falências, precipitando o ciclo na sua fase recessional e depressiva. Hawtrey chegou a afirmar, dentro da linha todo-poderosa de sua teoria, que uma inteligente política monetária e bancária de controle dos suprimentos de dinheiro e crédito, não apenas reduziria, mas aboliria por completo o fenômeno cíclico, possibilitando dessa forma a existência de uma economia sem conjuntura. (77)

Outra corrente teórica de maior envergadura e habilidade dialética procurou centralizar o fenômeno cíclico ao redor da função desempenhada pelos investimentos, poupança, gastos e taxas de juros. Nessa corrente, a mais importante figura é, sem dúvida, a de Keynes, cujo pensamento for-

(77) Vd. Estey, op. cit., p. 225.

mou escola, influenciando profundamente, não apenas a teoria conjuntural, mas uma infinidade de áreas e territórios controversos do campo econômico teórico, a ponto de um grande número de economistas passarem a chamar de "revolução keynesiana" a corrente de raciocínio avançada por Keynes e seus discípulos.

Keynes, na sua teoria, partiu inicialmente da análise dos problemas associados com a variação dos investimentos em relação à poupança. A variação dos investimentos é dependente da decisão dos empresários e homens de negócios que, por sua vez, são condicionados pela expectativa de retorno dos lucros dos capitais investidos. Êstes retornos, de um modo geral, são avaliados pela comunidade de negócios, através de: 1) soma total gasta no consumo de bens; 2) parcela abandonada para novos investimentos, e 3) parcela encaminhada para a poupança e depósitos bancários. Assim, se os consumidores decidirem aumentar o nível de poupança em relação aos gastos e investimentos, a procura total dos bens tenderá a cair e a produção também. Os empresários reduzirão o volume de emprêgo e a renda total da comunidade cairá para um nível mais baixo. Inversamente, se os consumidores dirigirem uma larga porção de suas rendas para a compra de bens de consumo, ou para novos investimentos, a procura efetiva total será aumentada, expandindo-se as vendas no atacado e varejo, intensificando dessa forma o ritmo de produção por parte dos empresários. O aumento dêste ritmo de produção faz subir o nível

de emprêgo, crescendo a renda total da comunidade, até que seja alcançado um ponto no qual os resultados das vendas, determinado pelo aumento da produção, não corresponda mais aos resultados esperados dos investimentos. (78)

Na linguagem keynesiana, êste processo é mais complicado e complexo pela introdução de uma terminologia mais hermética. Keynes distingue três princípios fundamentais no seu sistema: 1) A propensão marginal para o consumo; 2) a eficiência marginal do capital; 3) a taxa de juros.

A propensão marginal para o consumo repousa na observação psicológica de que os homens são criaturas de hábitos e que seus padrões de vida mudam relativamente devagar em relação ao aumento da renda. Keynes observou que um incremento efetivo na renda não dava lugar a um aumento correspondente e proporcional no consumo, uma vez que o crescimento da renda era acompanhado também por um aumento no nível da poupança. Inversamente, uma queda na renda, muito embora fôsse acompanhada por uma diminuição no consumo, esta não o seria na mesma proporção em virtude da tendência psicológica de aderência a um dado padrão de vida já radicado; de forma que o consumo, nesta hipótese, seria mais ou menos mantido, durante ainda algum

(78) J. M. Keynes, "General Theory of Employment, Interest and Money, New York, 1936, pp. 135/136. Keynes define a renda como o valor líquido de bens e serviços produzidos num dado período; a poupança como o excesso da renda sôbre o consumo; os investimentos como a parte do valor líquido da produção que não é consumida. Vd. também a exposição sôbre os conceitos Keynesianos feita por Achinstein, op. cit., pp. 56/58.

tempo, com sacrifício da poupança ou pela utilização de reservas anteriores. A êsse fenômeno psicológico de aderência a um dado padrão de vida, na fase da expansão ou contração cíclica, pelo aumento ou diminuição da poupança e do consumo em relação à renda, Keynes denominou "princípio de propensão marginal para o consumo". Êste princípio foi enunciado por Keynes, da seguinte forma:

Quando a renda real de uma comunidade aumenta ou diminui, o consumo aumentará ou diminuirá, mas não na mesma proporção. (79)

Posteriormente, melhorado em sua elaboração teórica, pela observação prática de Hansen, juntou êle a êsse princípio, em sua análise da renda, o da progressão marginal. Assim, reformulou-o o autor da seguinte forma: quanto mais baixas forem a renda e o padrão de vida do consumidor, maiores serão as perspectivas de que um aumento na renda determine a sua plena utilização no consumo, e portanto menores as possibilidades de poupança. Isto pelo fato evidente de que a renda nas classes pobres geralmente não basta para satisfazer o consumo de um grande número de bens, cuja aquisição vai sendo adiada até que um ganho adicional possa cobrí-los. Já na classe de renda mais elevada, o processo é invertido, pois que, quanto maior for a renda, maiores serão as possibilidades de se dirigirem os ganhos e lucros adicionais, não para o consumo, mas para a poupança ou investimento. (80)

(79) Keynes, op. cit., p. 114.

(80) Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 150.

Uma ilustração bem representativa dêse princípio foi feita por Hansen, através do estudo e análise das rendas e gastos das famílias norte-americanas, no quadro que reproduzimos abaixo: (81)

Classe de Renda			Renda Média na Classe	Gastos de consumo	Poupança	Presentes, Contribuições e Impostos
Abaixo de	US\$500		\$367	\$512	\$0	\$13
\$ 500 a	1,000		752	783	0	26
\$ 1,000 —	1,500		1,245	1,222	0	44
\$ 1,500 —	2,000		1,753	1,705	9	69
\$ 2,000 —	2,500		2,239	2,079	85	92
\$ 2,500 —	3,000		2,737	2,579	88	104
\$ 3,000 —	5,000		3,674	3,260	273	182
\$ 5,000 —	10,000		6,290	5,011	929	362
\$10,000 —	acima		14,933	8,752	4,658	1,783

O segundo princípio keynesiano repousa no estudo detalhado da função desempenhada pelos investimentos no processo conjuntural. Em sua teoria, Keynes centraliza a maior parte do desenvolvimento de sua análise em torno dessa função, que, a seu ver, comanda o grau de renda, emprêgo, consumo, poupança e nível de atividade econômica geral. O que determina por sua vez o volume dos investimentos é a relação entre o esperado retôrno do dinheiro investido e o custo de sua reprodução. Keynes denominou êsse princípio observado "eficiência marginal do capital". Por êle, quanto menores forem se tornando as margens de retôrno espe-

(81) Hansen, op. cit., p. 150. Dados referente ao ano de 1941.

radas, e maiores os custos de formação de capitais adicionais, menor será a tabela da eficiência marginal do capital, portanto o nível de novos investimentos. Na linguagem keynesiana, êste princípio foi formulado da seguinte forma:

Defino a eficiência marginal do capital como sendo igual à taxa de desconto que faria o valor atual das séries de anuidades, dadas pelo retôrno esperado dos capitais, durante a sua vida, justamente igual ao preço de sua oferta. (82)

Dois elementos novos, mas relacionados com a propensão marginal para o consumo e com a tabela da eficiência marginal do capital, são introduzidos na análise keynesiana: o princípio da aceleração e o multiplicador dos investimentos, ambos de acentuada importância na propagação cíclica. O primeiro, traça o efeito da mudança da renda e consumo sôbre a proporção e volume dos investimentos: qualquer flutuação na procura dos bens de pouca duração e serviços determina um aumento maior e mais amplificado na produção de bens capitais e equipamentos para produzí-los. O segundo, traça o efeito da mudança dos investimentos sôbre o volume do consumo: qualquer alteração no ritmo dos investimentos produz um aumento muito maior e amplificado do consumo, por intermédio do crescimento do poder aquisitivo, determinado pela expansão da renda.

A taxa de juros que, na teoria econômica ortodoxa, era determinada pela curva da oferta e procura, na análise keynesiana é interpretada

(82) Keynes, op. cit., pp. 135/6.

como resultante da "preferência de liquidez" — liquidity preference. Essa preferência, segundo Keynes, é determinada pela porção de recursos que o particular deseja reter em forma de dinheiro em diferentes situações e circunstâncias. Tal desejo vai determinar a taxa de juros no mercado, face aos seguintes fatores: a) transação, b) precaução e c) especulação, sendo êste último o mais importante de todos. (83)

O aumento do desejo de liquidez ou solvência força a alta dos juros que imediatamente se reflete na contração dos investimentos, uma vez que faz aumentar o custo de reprodução dos capitais e diminuir a sua eficiência marginal. Hansen, no entanto, que é um dos mais eminentes discípulos de Keynes, nos Estados Unidos, não pôs tanta ênfase na taxa de juros do dinheiro, para explicar a contração ou expansão cíclica dos negócios, porque, conforme conclue, a procura dos bens de investimento é relativamente inelástica em relação aos juros, a não ser que ultrapasse de muito os limites razoáveis. Isto porque, termina Hansen:

A decisão de investir em novos equipamentos é feita, na sua maior parte, sem considerar a taxa de juros. . . . As máquinas tornam-se obsoletas em poucos anos e a menos que elas possam "pagar-se por si mesmas", isto é, dêem uma série de retôrno anual adequado para cobrir o custo do investimento, não valerá a pena instalá-las. (84)

Pelo relato daquelas principais teorias da conjuntura, dê maior evidência e projeção no pen-

(83) Keynes, op. cit., p. 196.

(84) Hansen, op. cit., p. 134.

samento econômico, aqui superficialmente expostas, ressalta logo a divergência de pontos de vista e ângulos de observação e análise em que se colocaram os seus autores.

Tais divergências e controvérsias, contudo, repousam mais em uma questão de distribuição de ênfase do que, propriamente, de princípio, como bem afirmou Mitchell. Distribuição de ênfase que pode levar, consciente ou inconscientemente, observadores e analistas sociais a tomarem o particular pelo geral, o simples pelo complexo, o regional pelo universal.

Assim Stanley Jevons, Huntington, Moore e outros, centralizando a teoria conjuntural em torno do clima, irradiação solar, temperatura; Leonard Ayres, nas guerras; Schumpeter nas inovações; Losch e Snow na base demográfica; Pigou, nas aberrações do comportamento psicológico; Hawtrey, nos suprimentos monetários elásticos; Keynes e Hansen, nos investimentos em relação ao consumo, poupança e juros, — todos êles não fizeram mais do que projetar apenas um ponto de vista e ângulo do problema na tela geral do conjunto.

Nenhum dêles, isoladamente, pode explicar e dominar o complexo conjuntural. No entanto, essas divergências serviram, de qualquer modo, para explorar novos terrenos especulativos, e projetar luz sobre setores teóricos desconhecidos, armando, por outro lado, o esqueleto de moderna interpretação do fenômeno cíclico.

Mitchell que representa nos Estados Unidos o moderno pensamento da escola institucionalista,

que se propõe a construir a nova Economia à base de um extenso material empírico e estatístico, e sobre os resultados das investigações sociais, políticas, psicológicas, econômicas e jurídicas em geral, situou bem o problema ao concluir que

muitos têm sido os fatores sobre os quais se tenta erguer a teoria conjuntural definitiva: o clima, a incerteza do futuro, a aberração emocional, as inovações, a poupança, os investimentos, a super-produção, as operações bancárias, a renda, a procura dos lucros. Cada uma dessas explanações merece a atenção daqueles que procuram compreender o fenômeno conjuntural, porque cada uma delas lança alguma luz sobre alguns aspectos do problema. (85)

Diversas dessas contribuições, entretanto, têm sido de caráter fundamental, na construção da moderna teoria cíclica. Entre elas, Hansen registrou as seguintes, com os respectivos autores: (86)

1. A análise das flutuações dos investimentos: Tugan-Baranowsky, Spiethoff, Cassel, Robertson.
2. A análise dos determinantes dos investimentos: a eficiência marginal do capital em relação à taxa de juros: Wicksell, Keynes.
3. O papel das forças dinâmicas-tecnológicas, recursos naturais, expansão territorial, aumento de população, como determinantes dos investimentos: Spiethoff, Harrod.
4. O crescimento dos investimentos devido ao movimento das atividades dos inovadores: Schumpeter.
5. A teoria capitalista da produção — o elemento tempo na construção dos capitais fixos e longevi-

(85) Mitchell, "Business Cycles. The Problem and Its Setting", pp. 11/12.

(86) Hansen, op. cit., pp. 490/491.

dade dos mesmos — e o princípio de aceleração: Aftalion, Pigou e Clark.

6. Impulsos iniciais e a propagação dos movimentos cíclicos condicionados pela estrutura da economia: Wicksell, Pigou.
7. O multiplicador dos investimentos e a função do consumo: Kahn, Keynes.
8. A inter-relação das variáveis econômicas e os modelos econométricos: Tinbergen, Frisch, Samuelson, Hicks, Klein, etc.

Mesmo assim, apesar dessas contribuições fundamentais, a explicação teórica do fenômeno conjuntural ainda desafia a argúcia dos economistas. Na fase atual do desenvolvimento científico, já não se pode mais falar em aspectos isolados do problema. Raízes mais profundas terão que ser buscadas; não somente intra, mas também extra-econômicas. Raízes institucionais-sociológicas sobretudo, após análise descritiva e especulativa dos fatos conjunturais.

Antes mesmo que tal progresso científico possa ser alcançado, uma classificação lógica deveria ser tentada inicialmente, sugere o Prof. Read Bain, de Miami University (87). Uma classificação na qual não se incluíssem apenas índices de preços, custo de vida, lucros, investimentos, desinvestimentos, etc., pois muitos dêles são mais resultados e consequências do que propriamente causas do fenômeno cíclico.

Essa versão institucionalista-sociológica deveria abranger o estudo da conjuntura, não como

(87) Prof. Read Bain, Diretor do Departamento de Sociologia de Miami University, Oxford, Ohio, U. S. A., em carta ao autor.

um fenômeno econômico exclusivo, mas como, e sobretudo, um fenômeno social. Fenômeno social de natureza ampla, com aspectos econômicos ao lado de uma série de aspectos não ou extra-econômicos, pois o problema da conjuntura é funcionalmente interdependente e interrelacionado com os demais.

Parte II
ESTABILIDADE ECONÔMICA

Face aos adiantamentos dos estudos e pesquisas da conjuntura, notadamente nos grandes centros universitários e governamentais dos Estados Unidos e de outros países, e ao sucesso parcial da política anti-cíclica, podemos avançar a hipótese de que, daqui para diante, teremos uma economia menos marcada por depressões agudas. Isto não quer dizer, no entanto, que caminhamos para a extinção conjuntural por completo, mas somente indicar que os governos procurarão de um lado, dilatar o mais que puderem o período de expansão e prosperidade, e de outro reduzir, ao mínimo possível, os intervalos recessionais e depressivos.

Tal política, objetivando a estabilidade econômica, é hoje procurada por quase todos os governos, visando substituir a desordem que o movimento cíclico traz pelo planejamento adequado da atividade econômica. Crises de emprego, greves, má direção dos investimentos, especulação, exploração excessiva e desordenada dos recursos naturais, inflação, deflação, e outros desajustamentos com sérias repercussões sobre o bem estar coletivo, precisam ser corrigidos, se desejarmos obter uma economia mais satisfatória.

Um programa de estabilização econômica, contudo, não poderá eliminar por completo as variações e oscilações na atividade econômica,

pois, como vimos, a conjuntura é uma característica de tôdas as economias dinâmicas. Não importa que a base estrutural do sistema político, ou do poder econômico, se firme sôbre a iniciativa privada ou pública. Verdade é que a primeira está mais sujeita às crises e variações do que a segunda. (88)

Contudo, mesmo nos chamados regimes socialistas — desde que baseados numa economia tecnológica-dinâmica — o fenômeno conjuntural não deixaria de existir: guerras, comoções internas, vicissitudes agrícolas, erros de previsão e administração, variações no índice de produtividade, mudanças tecnológicas, diminuição das exportações face ao retraimento da procura pelos mercados externos, depressão nos mercados estrangeiros fornecedores de matéria prima e outros reflexos e impactos de diferentes origens tendem a quebrar a invulnerabilidade e imunidade que tais países de economia arregimentada dizem possuir.

(88) Só teoricamente, afirma Bratt, uma economia totalitária socialista, desde que não encontre oposição psicológica, ou não esteja sujeita ou dependente do comércio internacional, pode produzir um nível de consumo e emprêgo constante... se os consumidores não quiserem comprar os produtos, o govêrno pode forçá-los a isso através de esquemas de racionamento, quotas de consumo obrigatórias ou então destruí-los pura e simplesmente. Vd. Bratt, op. cit., p. 512.

O prof. Haberler da Universidade de Harvard, também esposa a tese aceita por nós de que o fenômeno da conjuntura não deixaria de existir numa economia planificada, ao afirmar que "não só não existe garantia, mas nem mesmo probabilidade de que 'uma economia planificada consiga evitar os desajustamentos, ou os êrros de cálculo e de aplicação dos recursos produtivos, que na economia capitalista produzem depressões. Criaria provavelmente seus próprios desequilíbrios e seria ineficiente e lenta para corrigi-los. Por outro lado, uma economia planificada não permitiria o desenvolvimento de uma depressão geral..." Prof. Gottfried Haberler, "Ciclos Econômicos na Economia Dirigida". Trad. de Célia Neves, in Revista Brasileira de Economia, Ano 4, Número 1, Março 1950, p. 54.

O capitalismo que deu origem ao atual desenvolvimento tecnológico daquelas economias de livre empresa, forneceu também as mesmas armas, instrumentos e equipamentos utilizados pelas sociedades chamadas socialistas.

O professor Read Bain, de Miami University, situa bem êsse ponto, ao afirmar que os povos que utilizam as mesmas ferramentas tendem a desenvolver, a longo prazo, idéias e instituições semelhantes. Se isto for verdade, tanto um como o outro sistema, que hoje se consideram de natureza antagônica, farão convergir as suas estruturas, dentro dos próximos cem anos. (89)

A estabilidade econômica, portanto, não é privilégio de nenhum sistema econômico ou político, nem contradiz ou hostiliza o progresso e o bem estar coletivo. A nosso ver, não é uma medida ou objetivo anti-capitalista, como indicou Schumpeter (90), pois, necessariamente, não implica na eliminação da participação da iniciativa privada, na função produtora. É antes um instrumento de melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos, através de uma acertada política que harmonize e equilibre o processo econômico-dinâmico, com os interesses gerais.

(89) Prof. Read Bain, em carta ao autor.

(90) Schumpeter, op. cit. Vol. II, pp. 1.037/8. Schumpeter afirmou ser a estabilização uma medida anti-capitalista, pelo fato de acreditar que os inovadores não teriam mais a atmosfera e o estímulo para aventurarem-se em empreendimentos e investimentos radicais, que, segundo êle, geram o progresso. Embora não participemos dêsse ponto de vista, achamos justa a sua tese de defesa da iniciativa privada, quando afirma que uma das razões da eficiência da economia privada é que, ao contrário do político ou do burocrata, ela paga pelos seus erros. Vd. Schumpeter, op. cit. pp. 1.038 e 1.040.

Pigou, bem caracterizou êsse objetivo ao concluir que

a estabilização substituiria a irregularidade da renda e do emprêgo pela sua regularidade. Uma renda que variasse de $A - a$ para $A + a$ produziria menos satisfação do que uma constante em A , que é a média aritmética dessas duas grandezas. (91)

(91) A.C. Pigou, op. cit., p. 218.

1. **Previsão da conjuntura**

O sucesso de quaisquer medidas a serem empregadas para contornar a variação cíclica, no interesse da estabilidade econômica, depende em grande parte dos estudos da evolução dos negócios e da previsão cíclica. Isto porque uma acertada política anti-cíclica precisa conhecer por antecipação os desdobramentos atuais e futuros da conjuntura, afim de poder operar com oportunidade.

Diversos métodos de previsão e predição cíclica, para determinar a posição atual dos negócios e antever as linhas gerais do seu desenvolvimento no futuro, têm sido utilizados pelos economistas e agências especializadas governamentais, principalmente nos Estados Unidos.

A base mais comum desses métodos de previsão cíclica tem consistido na observação e registro do comportamento das séries estatísticas que fornecem os índices ilustrativos da evolução e marcha dos negócios. Schumpeter apresenta uma longa lista desses indicadores da situação econômica, cuja observação e comportamento é essencial na previsão cíclica: (92)

1) lucros realizados e esperados; 2) procura dos consumidores de bens de consumo (poder aquisitivo dos consumidores); 3) procura dos produtores

(92) Schumpeter, op. cit., Vol. I, pp. 15/17.

de bens de produção (poder aquisitivo dos produtores); 4) preço das mercadorias no atacado e varejo, sobretudo das mercadorias básicas: trigo, aço, cobre electrolítico, etc.); 5) juros do dinheiro e dividendos das ações; 6) taxas bancárias; 7) emprêgo; 8) débitos bancários; 9) pedidos em carteira da U.S. Steel Corporation; (10) falências de firmas comerciais, Bancos e respectivo valor do passivo das massas falidas; 11) exportação e importação (quantidade e valor); 12 licenças para construções e contratos fechados; 13) emissão de ações; 14) cotações de ações e quantidades negociadas nas Bolsas; 15) produção: bens acabados e equipamentos, ferro e aço, fôrça elétrica produzida e utilizada; 16) consumo; 17) soma total das rendas; 18) inventário de produtos acabados; 19) vendas de lojas, magazines, reembolso postal; 20) reservas bancárias, empréstimos, descontos; 21) empréstimos de corretores; 22) vendas de automóveis nos EE. UU. e cerveja na Alemanha; 23) custo de produção; 24) fundação de novas firmas, novas incorporações ou liquidações; 25) urgência dos credores para recebimento de seus créditos e pontualidade ou não dos devedores; 26) exigência dos fregueses sôbre qualidade e prazos de entrega; 27) temperamento da comunidade bancária demonstrado através de cortesia ou não para com os clientes, ou da iniciativa: "ir atrás" ou "ser procurado"; 28) produção de ouro — saída ou entrada no país; 29) atividade das estradas de ferro e outros meios de transporte de carga e passageiros; 30) situação do mercado de imóveis; 31) finanças públicas: receita, despesa, taxas, impostos; 32) taxas de câmbio; 33) percentagem da capacidade industrial em atividade; 34) dividendos declarados; 35) índices de casamento; 36) migração de e para os centros industriais; 37) temperamento e humor da comunidade comercial (confiança, otimismo); 38) publicidade; 39) posição competitiva das indústrias (super-

produção); 40) índices de gastos, velocidade de circulação dos depósitos, entesouramento; 41) frequência aos serviços religiosos (relação inversa ao grau de prosperidade dos negócios).

Existe por parte de muitos autores economistas um índice de credulidade excessiva, no valor de muitos desses itens, como representativos e indicativos da tempestade ou bonança conjuntural. Daí se ter generalizado o termo de "barômetros econômicos" para caracterizar esses índices e situações que seriam verdadeiros antecipadores da pressão cíclica; e, por intermédio das séries estatísticas, organizadas com os mesmos, poder-se, com relativa segurança, prever a marcha da conjuntura.

Contudo, nenhum índice isolado pode traçar o comportamento geral e atual do ciclo, nem adiantar nenhuma previsão com certo grau de objetividade. Daí o fracasso de muitos profetas cíclicos, que vivem anunciando depressões inevitáveis, cada fim ou princípio de ano, sobretudo nas épocas de prosperidade, baseados numa credulidade excessiva de determinados índices e situações. Aliás, os profetas cíclicos são muito mais abundantes e variados, nas épocas de prosperidade do que de depressão, face aos possíveis reajustamentos e retrações que as economias geralmente tendem a atravessar depois de um período de trabalho e expansão excessiva.

Seguindo essa tendência particular, muitos economistas e agências especializadas têm utilizado e recomendado índices simples e básicos nas

suas previsões. Assim é que o Federal Reserve Board organiza e utiliza o Índice de Produção Industrial; o Bureau of Labour, o Índice de Emprego Industrial; outras agências e organizações têm utilizado também o índice das atividades das estradas de ferro, do custo de vida, da produção de ferro e aço, dos investimentos, dos preços das ações industriais (Dow-Jones Index of Industrial Stock Prices), do nível da renda, do Produto Nacional Bruto, etc.

Em virtude de tais índices simples poderem conduzir com mais facilidade a erros de previsão, de vez que representam apenas setores isolados da conjuntura, alguns economistas passaram a recomendar e adotar índices compostos de uma ou mais séries estatísticas, tais como o Índice da Situação dos Negócios de W. P. Person, composto de três índices: 1) especulação, 2) produção física e preços de mercadorias, 3) situação financeira. A American Telephone & Telegraph Company também emprega um índice composto, constituído pelos índices da atividade manufatureira e do movimento físico das mercadorias. Mitchell sugeriu a construção de um índice baseado no valor das transações comerciais, do volume físico do comércio e da produção. O Serviço Econômico de Harvard adota o seu próprio índice, baseado em três categorias de séries estatísticas líderes: 1) especulação (preços das ações industriais, débitos dos Bancos de Nova York); 2) negócios (débitos bancários fóra de Nova York e preços das mercadorias), e 3) taxas bancárias e descontos de títulos

comerciais. Êstes três índices antecipadores da conjuntura, segundo o referido Serviço, são representados pelas curvas A, B e C, tendo os seus economistas chegado à conclusão de que a Curva A se antecipava à Curva B de quatro a dez meses, enquanto que a Curva B precedia a Curva C, de dois a oito meses. (93)

Outro método adotado tem sido o da pesagem das forças opostas de expansão e contração representadas por índices ilustrativos da situação dos negócios. Tal método tem contra si, informa Hansen, o fato de que o pêso atribuído a essas forças depende de matéria de julgamento pessoal do analista, sendo portanto difícil de se chegar a uma conclusão quantitativa. (94)

O método do estudo das áreas estratégicas vem sendo sugerido por outros autores, que recomendam a pesquisa dos comportamentos das séries naquelas áreas mais sensíveis a variações conjunturais, tais como, 1) automóveis; 2) equipamentos domésticos; 3) inventários de fabricantes, atacadistas e retalhistas; 4) equipamentos e máquinas; 5) construções de fábricas; 6) construções residenciais, no setor privado; na esfera governamental as áreas estratégicas, segundo Hansen, seriam, 1) construção pública e desenvolvimento dos projetos; 2) expansão ou contração dos pagamentos em relação aos recebimentos no orçamento. (95)

O National Bureau of Economic Research, nos Estados Unidos, continuando os conhecidos estu-

(93) Vd. Hansen, op. cit., pp. 579/582.

(94) Vd. Hansen, op. cit., p. 583.

(95) Vd. Hansen, p. cit., p. 590.

dos de Mitchell e Burnes, preferiu seguir um método de previsão cíclica, baseado no agrupamento de séries estatísticas, de acôrdo com a sua função de liderança, coincidência, ou retardamento na marcha cíclica. Assim, os referidos agrupamentos foram classificados: 1) grupo líder, começando pelas falências e terminando pelos preços no atacado de 28 mercadorias básicas; 2) grupo coincidente, começando pelo emprêgo nos estabelecimentos não agrícolas, e terminando pelo Produto Nacional Bruto e índices de preços no atacado, com exclusão dos alimentos e produtos agrícolas; 3) grupo retardado, começando pela renda pessoal e terminando pelos estoques dos fabricantes. (96)

A despeito da intensidade e variedade dos estudos e métodos apontados, os resultados obtidos no passado não têm sido encorajadores, em vista de terem falhado uma grande parte das previsões, na hora de maior urgência. Cox, analisando o resultado de 46 previsões de seis serviços especializados, como Standard Statistics, Babson, Harvard, Brookmore, Moody e National City Bank, no período de 1919-1929, chegou à conclusão de que as predições foram úteis em 14 casos, pouco úteis em 22, neutras em 6, e erradas em 4. (97) Contudo, na grande depressão de 1929 as predições e previsões cíclicas sofreram uma grande derrota, afirma Hansen (98)

(96) Vd. Hansen, op. cit., pp. 588/589.

(97) E. C. Bratt, op. cit., p. 438.

(98) Hansen, op. cit., p. 584.

Apesar dos erros de previsão cíclica do passado, não é lícito prejudicar a inutilidade de tais esforços, uma vez que o êrro não invalida a possibilidade de ser prevista, com certa margem de segurança, o desenvolvimento da conjuntura. Os índices em que foram baseadas tais previsões podem não ter sido representativos da situação real dos negócios, ou ter representado apenas tendências de certos setores da economia que foram assim erroneamente generalizados. Daí a necessidade de serem empregados, não os métodos baseados em índices simples ou mesmo compostos, porém uma combinação da maior quantidade possível de séries representativas dos mais importantes setores da atividade econômica. (99)

Neste particular existe o trabalho admirável do prof. Elmer Bratt, da Universidade de Lehigh, o qual pela sua importância merece ser mais detidamente estudado. O prof. Bratt partiu do princípio de que somente através da análise continuada de uma série formidável de dados empíricos, pertinentes ao processo da flutuação econômica, as previsões cíclicas poderão ser realizadas com menor margem de êrro. Tal análise comportaria um vasto programa de observação da conjuntura

(99) As séries econômicas tomadas simplesmente dos dados estatísticos sem nenhuma correção, podem também conduzir a sérios erros de previsão. O método hoje universalizado, neste particular, é o da construção dos índices tomados das séries já corrigidas das variações estacionais — "seasonal variations" — e de outras ocorrências tais como efeitos puramente inflacionários. No caso do Brasil, por exemplo, tôdas as séries atuais teriam que ser deflacionadas, em vista dos valores monetários geralmente serem aparentes e periféricos, não representando assim aumentos reais nos índices de produtividade ou de renda, em grande parte dos casos.

através das séries que êle chamou de "Barômetros dos Negócios" e que serviriam para medir os impactos conjunturais, as quais aquí vão resumidamente esquematizadas: (100)

Séries barométricas	Indicações conjunturais
1. Medidas da situação econômica geral	Localizam o momento da ocorrência da mudança dos negócios; dão a medida da profundidade da depressão ou a altura da prosperidade.
2. Medidas da situação econômica regional	Refletem a variação geográfica na mudança econômica.
3. Comparação entre bens duráveis e semi-perecíveis	Reflete um tipo maior de desequilíbrio.
4. Medidas dos seguintes componentes do processo da atividade econômica:	
a) — compras e novos pedidos	Refletem a força da procura.
b) — produção	Traça a atividade atual.
c) — embarques	Traçam a circulação dos bens.
d) — inventários	Refletem os "pontos de fixação" cujo aumento ou diminuição anormal fazem variar a atividade econômica.
e) — pedidos em carteira, aguardando execução	Refletem um acúmulo potencial do qual a atividade pode depender, sem a manifestação de procura adicional.
5. Relatórios contábeis das indústrias	Refletem a mudança da posição contábil das empresas.
6. Medidas de estabilidade do trabalho	
a) — filiação nos sindicatos	Indica a força do movimento sindical.
b) — produtividade do trabalho	Indica a tensão do mercado da mão de obra.
c) — disputas industriais	Indicam a desordem ou a não satisfação das condições de trabalho.

7. Medidas dos preços de diversos fatores

a) — salários

Indicam o custo da mão de obra e a proporção da renda auferida pelo trabalho.

b) — taxas de juros

Dão o custo do empréstimo do dinheiro; têm importância sintomática porque são indicativas da estabilidade monetária, do uso do crédito e descontos.

c) — cotação de ações e títulos

Representa a tensão no mercado de capitais e o sentimento do movimento expansional.

d) — preços dos bens acabados

Refletem a procura final dos consumidores.

e) — preços das matérias primas

Refletem a disponibilidade atual dos suprimentos para suportar um dado ritmo de atividade.

f) — média de todos os preços

Reflete mais de perto o valor do dinheiro e o grau da mudança no valor dos bens produzidos determinado pela modificação dos preços em geral.

8. Medidas dos preços nos diferentes pontos de distribuição:

a) — preços no atacado

Uma comparação das mudanças indica a existência de elementos de instabilidade na distribuição.

b) — preços no varejo

Indicam mudança efetiva no poder aquisitivo.

9. Medidas da corrente de bens para o consumidor:

a) — comércio atacadista

Uma diferença no seu volume indica acumulação de estoques ou mudanças estruturais.

b) — comércio varejista

Reflete a mudança nas compras dos consumidores.

10. Medidas dos pagamentos e renda:

a) — gastos totais

Refletem a circulação dos fundos e a possibilidade de gastos adicionais.

- | | |
|---|---|
| b) — renda nacional bruta | Reflete a corrente do poder aquisitivo. |
| c) — distribuição da renda | Mede o mercado para a distribuição em massa; sua variação é importante fator na avaliação da propensão para o consumo. |
| d) — lucros líquidos | Representam o incentivo à expansão; sua variação é um importante fator na mudança da distribuição da renda nas fases cíclicas. |
| e) — pagamentos de salários | Indicam a base para a absorção da produção em massa. |
| f) — pagamentos de dividendos e juros | Representam a receita dos lucros pelos indivíduos e as despesas da produção atual. |
| 11. Poupança e consumo-propensividade | Indicam aquelas forças que diretamente afetam a inflação e deflação. |
| 12. Receitas e despesas governamentais: | |
| a) — pagamento de impostos | Indica o grau de congelamento de uma parte dos lucros privados; sua variação é importante porque pode contribuir grandemente para a correção de anormalidades na depressão ou prosperidade. |
| b) — empréstimos governamentais | Refletem a grosso modo os pagamentos deficitários. |
| c) — contribuições governamentais | Refletem um incremento no poder aquisitivo, por parte do governo. |
| d) — empréstimos às companhias privadas ou a particulares | Refletem uma condição de emergência se os mesmos tornarem-se importantes. |
| 13. Medidas de crescimento dos fatores produtivos: | |
| a) — crescimento da população e aumento da mão de obra | Refletem um aumento na força operária e um crescimento automático da demanda. |
| b) — mudança na produtividade | Reflete a mudança na eficiência mecânica da utilização dos recursos naturais. |
| 14. Medidas da não utilização dos recursos produtivos: | |
| a) — desemprego | Melhor indicador da atividade inadequada, na depressão; mede o |

- b) — capitais inativos impacto social da crise.
indicativos da necessidade de expansão.
15. Medição dos efeitos das causas originárias Mostra as influências perturbadoras sobrepostas à atividade econômica.
16. Medidas das condições de crédito:
- a) — créditos secundários Medem a base para a expansão crediária.
- b) — proporção do passivo bancário à base monetária Mede a suficiência monetária para a expansão do crédito.
- c) — empréstimos totais: Medem o uso do crédito.
- I — empréstimos especulativos Medem a força do movimento especulativo.
- II — empréstimos comerciais Aceleram ou retardam a atividade mercantil; muitas vezes usados para a acumulação de estoques.
- III — empréstimos aos consumidores Aceleram ou retardam a atividade; refletem a compra instável dos bens duráveis.
- d) — resultados dos depósitos bancários Medem o grau de utilização dos fundos bancários.
- e) — volume dos débitos a longo prazo Reflete a sobrecarga dos débitos forçando a redistribuição na renda atual.
- f) — investimentos de capitais Refletem a corrente de poupança para o mercado de capitais.
17. Medidas da "população" comercial:
- a) — novos negócios Indicam uma expansão na atividade empresarial.
- b) — falências comerciais Refletem um tipo importante de perturbação no sistema de negócios, exercendo uma influência decisiva sobre a segurança e tranquilidade dos negócios.
- c) — falências bancárias Refletem uma quebra no mecanismo através do qual circula o poder aquisitivo, exercendo uma profunda influência sobre o entesouramento.
18. Medidas da confiança nos negócios Refletem a atitude psicológica da comunidade, determinando o grau de aberração emocional.

A análise dessas séries e indicadores, segundo Bratt, serve de instrumento importante para compôr a previsão cíclica, pois são sintomáticos da marcha e evolução conjuntural, funcionando como verdadeiros termômetros e barômetros registradores da temperatura e pressão das forças cíclicas.

Contudo, a mera enumeração e análise dêsses índices barométricos pode conduzir também a erros de previsão, caso a sua interpretação e leitura não sejam feitas mediante um método adequado de verificação e comparação das séries sob observação. Para evitar, ou antes diminuir a margem de êrro, sempre presente, em qualquer previsão, o prof. Bratt sugeriu um esquema de testes em cinco etapas a ser percorrido pelos investigadores: (101)

1. Enumeração, em colunas paralelas, das forças que tendem a reforçar o movimento cíclico, em contraposição àquelas que tendem a levar a conjuntura em direção oposta.
2. Estabelecimento de Modelos Preliminares de formação e distribuição do PNB — Produto Nacional Bruto — para o período cíclico previsto, mediante a projeção das modificações anteriores ocorridas, e em relação aos outros elementos componentes da renda e outros gastos.
3. Verificação da conformidade da análise do PNB com outros padrões relacionais (custo-preço-lucro, embarques-novos pedidos, etc.).
4. Verificação dos efeitos das forças de expansão e limitação cíclica envolvidas na previsão em

(101) E. C. Bratt, op. cit., pp. 429/445. O PNB — Produto Nacional Bruto — mencionado nesse teste de Bratt, equivale à expressão norte-americana "Gross National Product — GNP", definido como o valor monetário de todos os bens e serviços produzidos em um dado período.

tela. Por ex.: a análise do PNB pode indicar se uma expansão ou contração está em progresso; o grau de sua mudança serve para indicar a força relativa desse movimento.

5. Confronto da previsão feita, com o desenvolvimento atual da conjuntura, através de pesquisa continuada e obtenção de novos dados.

A despeito do prof. Bratt admitir que o seu método pode conduzir a uma relativa certeza na determinação das previsões dos ciclos de negócio, ao ponto de permitir eliminá-lo, mediante a antecipação das providências de ordem monetária e fiscal, (102) uma grande maioria de autores, que têm abordado o problema, inclusive Hansen, preferem aguardar até que a matéria da previsão cíclica deixe em parte o terreno teórico-especulativo em favor do campo prático-experimental.

Hansen, tomando este último ponto, afirmou que, enquanto imperar o sistema de preços livres e os investimentos forem uma função da expectativa dos mercados, as previsões serão sempre difíceis e inseguras. (103) Isto, no entanto, não é razão para que não se leve a sério o estudo das previsões cíclicas.

À medida que novos estudos se acumularem e mais experiência fôr sendo ganha, através dos erros e sucessos das previsões anteriores, os prognósticos cíclicos irão deixando o sentido profético ou vidente do passado para se integrarem mais rapidamente dentro do espírito objetivo. De qualquer maneira, as tentativas já feitas e a continuada

(102) E. C. Bratt, op. cit., p. 448.

(103) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 593.

investigação do problema, nos grandes centros universitários e governamentais dos EE. UU. e outros países, estão fornecendo um importante instrumento adicional ao arsenal da política anti-cíclica, visando a estabilidade econômica, cuja eficiência vai depender da oportunidade do seu emprego.

2. Política anti-cíclica

Uma política estabilizadora para atenuar as variações da conjuntura, prolongando os períodos de prosperidade e diminuindo os recessivos e depressivos, não é fácil de ser atingida. As medidas que tal política implicam e que têm sido sugeridas e executadas, envolvem certa complexidade, face aos inumeráveis fatores que operam dentro e fora do circuito dos negócios.

Entre as medidas até hoje recomendadas ou praticadas para o controle cíclico, as seguintes vão sendo empregadas como de grande valia para a estabilização: 1) medidas de caráter monetário e bancário; 2) medidas de caráter fiscal; 3) medidas de caráter social e econômico propriamente ditas e 4) medidas de caráter internacional.

As medidas estabilizadoras de caráter monetário se agrupam em redor do que os economistas americanos costumam chamar "política monetária de controle cíclico", e envolvem uma área muito grande de ação, em virtude da influência do dinheiro sobre os negócios. Também tal política acha-se, por sua vez, intimamente vinculada aos aspectos institucionais do crédito, de vez que o sistema bancário é um poderoso elemento ativador dos

negócios, nas épocas de prosperidade, e limitador dos mesmos nas fases depressivas.

Hawtrey, levando essa conclusão pelo lado unilateral do seu ponto de vista, chegou a afirmar que os ciclos são fenômenos puramente monetários, antecipando dessa forma a possibilidade de um eventual controle e extinção das variações conjunturais, por intermédio da correção do volume e da velocidade do meio circulante, meios de pagamento e crédito bancário.

Sem esposarmos uma afirmativa ou conclusão enfática dêsse tipo, acreditamos no entanto que uma política monetária anti-cíclica pode, até certo ponto, concorrer para o melhoramento da situação econômica de um modo geral, ensejando uma relativa estabilidade econômica, desde que coadjuvada por outras medidas. O crédito bancário fácil e abundante pode acelerar a expansão dos negócios; no entanto, vale notar que, até hoje, não pôde ser comprovado, de outro lado, que uma política de dinheiro barato — "cheap money policy" — fôsse suficiente para levantar uma depressão. A prova disso está no fato de que não foi possível deter a depressão de 1930, nos EE. UU. e Inglaterra, nada obstante as medidas de caráter monetário praticadas pelos governos americano e inglês, através dos Bancos do Sistema da Reserva Federal e do Banco da Inglaterra.

A despeito desta limitação, o controle do sistema bancário é de essencial importância, como medida auxiliar, de vez que exerce uma acentuada ação sobre a atividade econômica em geral. Daí

ter-se cogitado, desde longa data, subordinar a política do dinheiro e crédito ao controle do poder público. Do contrário, seria impossível, em um regime de livre empresa, realizar qualquer política anti-cíclica, face à diversidade e complexidade do comportamento dos bancos particulares e de seus responsáveis. Imposta essa necessidade, surgiu a idéia da criação dos Bancos Centrais, que rapidamente foi sendo adotada por quase todos os países.

A Inglaterra surge como uma das pioneiras da idéia, desde o Peel Bank Act de 1844 e a consequente projeção do Bank of England dentro do sistema bancário britânico. Já os Estados Unidos reagiram mais lentamente a esse processo de controle mediante a centralização da política bancária, só tendo aderido a tal política no ano de 1914, com a criação do Sistema dos Bancos da Reserva Federal. (104)

A vantagem dos Bancos Centrais reside no fato de os mesmos poderem influir sobre todos os outros bancos particulares, através da modificação de suas reservas, taxas de redesconto, limites ope-

(104) O Sistema da Reserva Federal é composto de 12 Bancos membros localizados em Boston, New York, Philadelphia, Cleveland, Richmond, Atlanta, Chicago, St. Louis, Minneapolis, Kansas City, Dallas e S. Francisco. Os Bancos do Sistema da Reserva Federal são verdadeiros Bancos de Bancos, e sua ação é coordenada e controlada por uma Junta de Governadores e pelo próprio Governo. Além de sua função controladora da elasticidade do crédito, o Sistema da Reserva Federal, por intermédio da Federal Deposit Insurance Corp., também estabeleceu o seguro dos depósitos bancários até us\$5.000,00, recentemente aumentado para us\$10.000,00; desta forma pensa-se evitar a repetição da corrida dos depositantes aos seus Bancos, para retirada de depósitos, por ocasião de pânico, tal como aconteceu com o "crash" da Bolsa de New York em 1929, que tanto serviu para agravar a situação. Para maiores detalhes vide J. M. Peterson, "Money & Banking", pp. 156 *usque* 181.

racionais e disponibilidade de depósitos. Através dessas modificações, impostas pelo Banco Central, os bancos particulares passam aos seus clientes a influência de expansão ou restrição nos negócios, pela facilidade ou escassez de recursos disponíveis oferecidos. Não é portanto uma medida de caráter direto, porém indireto, mas nem por isso deixa de ser um valioso instrumento de estabilização.

Nos Estados Unidos, essas medidas monetárias crediárias estabilizadoras são praticadas pelos Bancos do Sistema da Reserva Federal, ou pelo próprio governo, através do seguinte esquema de ação: (105)

1. Modificação das taxas de desconto, pelas quais os Bancos da Reserva Federal podem variar o custo dos empréstimos dos Bancos membros.
2. Operações no mercado livre, agindo na compra e venda de títulos, apólices, etc., pelos Bancos membros do Sistema.
3. Limitação discricionária dos empréstimos dos Bancos particulares, quando parecer que os mesmos estiverem fazendo uso excessivo de empréstimos para especulação.
4. Modificações, dentro de certo limite, das exigências das reservas legais dos Bancos membros, permitidas pela lei bancária de 1935.
5. Controle das margens requeridas sobre os empréstimos feitos com objetivo de compra e venda de ações na Bolsa de Valores, visando frear, em tempo oportuno, o volume da especulação.
6. Restrição ao crédito dado ao consumidor, nas vendas a prazo, pela alteração das prestações mínimas exigidas.

(105) Estey, op. cit., pp. 330 **usque** 346.

Qualquer dessas técnicas acima enumeradas traz repercussões sobre a evolução cíclica, de vez que altera a função do dinheiro e do crédito bancário ou particular, ajustando-os à política estabilizadora que se visa alcançar. De outro lado, também ajuda a formar e regular uma atitude psicológica de expansão ou retração mais normal a serviço da estabilidade econômica.

As modificações nas taxas de redesconto levam os Bancos particulares a operar dentro de margens mais estreitas e campos mais limitados, nas épocas de expansão imoderada ou excessiva, pelo encarecimento dos recursos suplementares disponíveis, e, no caso inverso, baixando-as para facilitar a obtenção do crédito necessário aos investimentos reprodutivos.

A modificação do volume das reservas legais dos Bancos que devem ser mantidas em proporção aos depósitos, é, no sistema americano, talvez um dos mais eficientes instrumentos de controle, pois afeta diretamente a oferta do crédito. James Estey sumariou essa influência com um exemplo prático. (106)

Uma reserva de um milhão de dolares suportaria dez milhões de dolares de crédito na base de uma taxa de reserva de 10%, doze e meio milhões de dolares de crédito na base de 8%, e somente oito milhões se a taxa de reserva fôsse aumentada para 12,5%.

Outra medida de caráter monetário crediário de longo alcance também largamente usada nos EE. UU. a partir do New Deal de Roosevelt, é a da

(106) Estey, op. cit., p. 347.

modificação das prestações do sistema de vendas a prazo.

O sistema de vendas a prazo coloca ao alcance dos consumidores uma série enorme de bens que, do contrário, não poderiam ser adquiridos. Pelo sistema crediário — como se conhece êste sistema entre nós — podem ser adquiridos a maioria dos bens nas casas revendedoras, tais como rádios, refrigeradores, enceradeiras, automóveis, e tôda sorte de equipamentos domésticos e de uso pessoal. Os consumidores, ao fazerem tais compras, na verdade sacam sôbre o porvir, na expectativa de que os seus ganhos serão mantidos ou melhorados e muitos dêles se empenham profundamente para adquirí-los mesmo além de suas posses futuras. Disso resulta uma grande expansão do consumo.

Essa expansão será tanto maior, quanto menores forem as exigências da entrada ou primeira prestação — "down payment" — e das prestações subsequentes — "installment payment". Na inversa, o aumento da entrada inicial e das prestações posteriores colocaria, de pronto, uma grande parte de consumidores fora da procura dêsses bens, pela impossibilidade de serem atingidos os referidos limites. Exemplo recente dessa política observou-se durante o último ano da Administração Truman, nos EE. UU., quando as entradas das vendas a prestações foram aumentadas de 10 para 20%, afim de conjurar e frear o ritmo inflacionário, o que determinou uma imediata reação dos consumidores e restrição nos negócios a varejo.

Após êsse resultado ser atingido, e em face dos sinais recessivos, visíveis já no ano passado, a Administração Eisenhower fez diminuir essas percentagens, com o objetivo de estimular as vendas e o consumo. Semelhante medida é também praticada no setor de construções residenciais e financiamentos para compra de casa própria, mediante o aumento ou diminuição do valor do primeiro pagamento, do período de amortização e da taxa de juros.

Tais medidas de caráter monetário, cuja eficiência já foi comprovada como elemento auxiliar de qualquer programa estabilizador anticíclico, ainda não se adotaram ou praticaram no Brasil, mediante um esquema racional e sistemático. Talvez isso se explique em face de não existir no sistema bancário nacional um Banco Central que acompanhe o desenvolvimento da conjuntura. A atuação da Superintendência da Moeda e do Crédito, em parte, tem suprido essa falta; no entanto, a sua função precisaria ser alargada e sistematizada pela criação de um Banco Central, para poder influenciar com mais segurança, acêrto e eficiência, o mercado bancário.

Desde que o Estado passou a intervir no domínio econômico aumentaram sobremodo as possibilidades de se tornarem mais eficientes as medidas de caráter monetário/bancário, através da política dirigida de dinheiro e crédito. Essa intervenção, se não for planejada com oportunidade e acêrto, poderá causar, entretanto, sérias perturbações no funcionamento das atividades produto-

ras e mercantís, afetando diretamente a produção e circulação das riquezas. Isto pelo fato de que quaisquer dessas medidas possuem o seu grau de periculosidade e risco, pois podem pôr em movimento forças inflacionárias ou deflacionárias, difíceis de serem detidas ou freadas, uma vez acionadas. Neste particular, um setor de grande risco é o do volume do meio circulante de fácil manipulação e de largo emprêgo pela maioria dos governos.

O financiamento das despesas públicas, pela emissão de dinheiro e instrumentos de crédito que caracterizam a inflação, quando usado moderadamente, pode servir de valioso auxílio à recuperação econômica; todavia, a prática sistemática de emissões sucessivas para cobertura de deficits, sem um correspondente aumento na criação e circulação de bens, leva à desordem financeira, não somente no setor das finanças públicas, como no da economia privada. É o que, por exemplo, se verifica no fenômeno conjuntural brasileiro atual, através da análise do meio circulante que, de aproximadamente Cr\$ 31 bilhões em 1950, passou para aproximadamente Cr\$ 45 bilhões em Novembro de 1953. Tal política de emissões sucessivas para cobertura de deficits e gastos governamentais, tende a agravar a situação econômica geral, acelerando a decomposição de sua estrutura, e eventualmente pode converter a prosperidade em depressão.

Na inversa, a redução do meio circulante, que caracteriza a deflação, quando usada judicio-

samente, contribue para deter os impulsos de expansão artificial e excessiva dos negócios, sanear as finanças públicas pela redução dos gastos, em favor de uma moderada estabilização. Se, contudo, essa redução tornar-se de caráter drástico pode determinar uma enorme contração na atividade econômica, via escassez de dinheiro e crédito ou através da suspensão das inversões públicas e privadas, fazendo com que a fase recessiva, em vez de atingir o equilíbrio desejado, se transforme, por sua vez, na fase depressiva.

As medidas de caráter monetário/crediário citadas não são, por si só, suficientes e completas como instrumento estabilizador anti-cíclico. Pelo menos, a experiência da luta contra as depressões no passado não justifica uma ênfase exagerada no seu valor, quando desacompanhadas de medidas suplementares e colaterais.

Entre estas últimas, ressaltam as medidas de caráter fiscal, cuja importância e eficiência vêm sendo proclamadas pela maioria dos economistas contemporâneos, como Keynes, Mitchell, Hansen e outros, sobretudo a partir do advento do New Deal de Roosevelt, após a grande depressão da terceira década deste século.

A política fiscal do controle conjuntural repousa sobre dois importantes setores: 1) despesas públicas e 2) impostos. Através da manipulação desses dois setores, os governos podem modificar a procura geral dos bens e serviços que são fun-

damentais na formação do nível de emprêgo, ritmo de produção e grau de investimento.

As despesas públicas constituem hoje uma parte considerável dos gastos totais, pois incluem um grande número de investimentos de caráter público, como projetos e construções de estradas, pontes, escolas, hospitais, portos, canais, emprêsas hidro-elétricas, irrigação, reflorestamento e uma variedade de obras de caráter público ou semi-público de vital importância para o melhoramento das condições de vida. Tais gastos, representando uma parcela considerável do consumo, atuam fortemente sôbre a conjuntura, estimulando a economia privada pelo aumento da procura de bens de consumo e de produção, e pela expansão do nível de emprêgo e do poder aquisitivo.

Hansen que se inclui entre os economistas do bem estar social — "welfare economists" — considera os investimentos públicos de efeito amplificador na abertura de novas oportunidades; não somente pelo desenvolvimento e realização de projetos no setor público, mas também pelo estímulo que promove a expansão dos investimentos privados, em redor das facilidades permitidas pelas iniciativas governamentais. (107)

A variação das despesas públicas, ou através dos salários pagos, ou dos investimentos básicos, pode ser perfeitamente sincronizada com a marcha e evolução cíclica. Nas depressões, o poder público aumentaria as despesas e os investimentos,

(107) Alvin Hansen, "Stability and Expansion", in "Financing American Prosperity", pp. 225/226.

visando o aumento do nível de emprêgo e do poder aquisitivo, e fortalecendo a curva da demanda e do consumo. Na fase da prosperidade excessiva, os gastos públicos seriam reduzidos ao mínimo, de forma a deter a espiral inflacionária que quase sempre acompanha a marcha ascencional da conjuntura.

A variação da incidência dos impostos e taxas, por outro lado, serve para encorajar ou restringir as despesas privadas e os investimentos particulares. Esta variação pode consistir no aumento ou diminuição de sua incidência de um modo geral, ou na modificação de sua estrutura de forma a afetar apenas certas classes de rendas, pela diminuição ou aumento do limite de isenções, especialmente do imposto de renda. Os impostos e taxas aduaneiras podem também servir de elementos estabilizadores, desde que se queira impedir a entrada de produtos concorrentes no país, ou estimular a importação de certos bens necessários ao desenvolvimento nacional. Os impostos de consumo e de vendas mercantis também podem ser sincronizados com a evolução da conjuntura, de forma a combinar uma alta ou baixa incidência de acôrdo com a fase do movimento cíclico.

Todos êsses esquemas têm sido sugeridos, e alguns até já empregados para superar as variações conjunturais. Dentre êles, sobressaem sem dúvida os impostos. Efetivamente, um sistema de taxaço flexível seria de todo desejável, sobretudo no que se refere ao imposto de renda, pois, nas

épocas de crise, liberaria uma grande parcela da renda em benefício do aumento do consumo e dos investimentos; nas épocas de prosperidade, uma taxaço sôbre os lucros extraordinários e excessivos ajudaria a reter no Tesouro parte dos ganhos fáceis, detendo até certo ponto a espiral da inflação, e ajudando a produzir recursos e saldos orçamentários para o financiamento dos investimentos e projetos públicos, em época de depressão.

Hansen, analisando o funcionamento dêsses setores, concluiu que as despesas públicas tendem a expandir o mercado para os negócios, aumentar o emprêgo e subir os preços; os impostos contribuem para contrair o mercado, diminuir o nível de emprêgo e baixar os preços. (108)

Essa relação despesas-impostos precisa também funcionar dentro de um relativo equilíbrio, acompanhando a variação cíclica, porque um aumento ou diminuição das despesas públicas, sem uma correspondente variação nos impostos, tende a desequilibrar o sistema econômico, fiscal e administrativo. Hansen bem definiu essa relação ao afirmar com propriedade que

a inflação é um sinal de govêrno fraco que quer gastar muito e não quer taxar; e inversamente, a deflação e depressão podem indicar uma taxaço muito alta, em relação à proporção dos gastos. (109)

Uma política fiscal de investimentos e impos-

(108) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 549.

(109) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 549. Segundo Hansen, também a inflação pode ser o resultado de um excesso de investimentos privados sôbre a poupança, e inversamente a deflação pode igualmente se dar pela deficiência dos investimentos privados em relação à poupança.

tos bem dirigida, dependendo do conhecimento dos elementos básicos da evolução da conjuntura, tais como renda, poupança, lucros, investimentos, etc., fez nascer a necessidade de ser elaborado um orçamento econômico por parte do poder público, incluindo as diversas categorias de receitas e despesas públicas e particulares.

Esse novo sistema orçamentário popularizou-se nos Estados Unidos, a partir da Lei do Emprêgo de 1946, que exigia do Presidente, por ocasião da leitura da Mensagem da União — "State of the Union" —, na abertura de cada período legislativo, também fôsse feita uma análise dos níveis atuais e esperados de emprêgo, poder aquisitivo, condições econômicas, e a proposição de uma política administrativa visando a manutenção de um alto nível de emprêgo e produção.

De forma que o Orçamento Econômico passou a constituir um elemento importante para o conhecimento adequado das perspectivas e prognósticos econômicos, sôbre os quais a política fiscal anti-cíclica terá que agir. Enquanto que o Orçamento Fiscal do govêrno se limita a fixar as despesas governamentais e prever as receitas, o Orçamento Econômico, como vem sendo praticado nos EE. UU., abrange as receitas e despesas de quatro grupos, cujas contas formam as despesas e receitas totais da Nação e incluem: 1) o orçamento das despesas e receitas dos consumidores; 2) o orçamento das despesas e receitas dos negócios; 3) o orçamento das despesas e receitas da conta internacional, e 4) o orçamento das despesas e

receitas dos governos federal, estadual e municipal. (110)

A análise desses elementos fornecidos pelo Orçamento Econômico indica, no início de cada ano fiscal, as perspectivas do desenvolvimento conjuntural, visto por intermédio dos economistas, servindo assim de valioso instrumento na organização do programa governamental de estabilização.

Essa prática orçamentária, a despeito de vir sendo empregada por um grande número de países, ainda não logrou sua introdução em o nosso. (111) Talvez por isso fôsse interessante, nesta oportunidade, reproduzir, resumidamente, um modelo de Orçamento Econômico dos Estados Unidos: (112)

ORÇAMENTO ECONÔMICO DA NAÇÃO, 1948

(Em bilhões de dolares)

Grupo Econômico	Receitas	Despesas	Excesso de
			Receitas (+) ou deficits (—)
I — Consumidores:			
1. Renda disponível relacionada com a produção atual	175.9		
2. Pagamentos do govêrno a par- ticulares	14.9		
3. Renda pessoal disponível	190.8		
4. Despesas para bens e serviços		178.8	
5. Poupança pessoal (+)			+ 12

(110) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income, p. 107.

(111) Notícias recentes nos informam que o Estado de Minas Gerais, neste ano de 1954, pela primeira vez, no Brasil, elaborou o seu Orçamento Econômico nos moldes adotados pelos Estados Unidos e outros países. O govêrno federal, no entanto, parece-nos que, até hoje, não cogitou de elaborar o Orçamento Econômico para o Brasil.

(112) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", pp. 113/114.

II — Negócios			
1. Lucros retidos pelos negócios ..	26.8		
2. Investimentos privados		45.0	
3. Excesso de investimentos sôbre a receita			— 18.2
III — Conta Internacional:			
1. Transferências de empréstimos governamentais	1.3		
2. Investimentos líquidos no estrangeiro		1.9	
3. Excesso das despesas			— 0.6
IV — Govêrno			
1. Impostos	59.9		
2. Compra de bens e serviços ..		36.7	
3. Transferências governamentais.		16.0	
4. Pagamento à vista ao público (2) + (3)		52.7	
5. Excesso de receita			+ 7.2
Ajustes:			
1. Transferências governamentais (deduzidos para chegar ao PNB) — 16.0 — 16.0			
2. Discrepância estatística	— 0.4		— 0.4
TOTAL: PRODUTO NACIONAL			
BRUTO (P.N.B)	262.4	262.4	0

A maior dificuldade para organização do Orçamento Econômico reside no fato de que termos que recorrer e basear-nos, em sua maior parte, em tendências, estimativas de projetos de investimentos, orçamentos familiares, inquéritos no mercado de capitais e de bens, etc. Nos EE. UU., tal tarefa é menos árdua, pois as agências especializadas do govêrno e as instituições privadas, sociedades anônimas e associações profissionais colaboram intensamente no fornecimento de dados e elementos que são recolhidos e analisados pelo Conselho dos Assistentes Econômicos do Presidente

da República. Mesmo assim, êsses dados, estimativas, tendências e perspectivas são suscetíveis de erros. Isto contudo não impede que seja formulada uma política de estabilidade econômica com base nesses elementos, mesmo porque uma certa margem de êrro está sempre presente em tôdas as investigações sociais. Esta possibilidade serve apenas para advertir que tal política deve também utilizar-se de outros meios e elementos para o perfeito conhecimento da conjuntura, como base firme para o emprêgo das medidas estabilizadoras.

Dada a complexidade do fenômeno conjuntural, as medidas de caráter monetário, bancário ou fiscal que até hoje têm sido recomendadas, podem não ser suficientes para fazer face às crises e ensejar uma prosperidade estável. Daí a necessidade de serem adotadas, concomitantemente, outras medidas de caráter social e econômico, mirando o bem estar coletivo. Entre elas: 1) a estabilização dos preços e 2) salários.

Tanto um como outro, nas épocas de prosperidade ou depressão, são muito vulneráveis às variações conjunturais, fazendo aumentar ou cair o custo de vida, poder aquisitivo, níveis de investimentos, consumo, etc. razão por que êstes dois setores vêm sendo objeto de uma série de estudos que recomendam a sua estabilização inicial, afim de ensejar uma política mais ampla de estabilidade geral.

Para a estabilização dos preços, duas reco-

mendações principais têm sido adotadas: 1) controle de preços em benefício dos consumidores, 2) programa de preços mínimos e subsídios, em benefício dos produtores.

A primeira medida destina-se mais a proteger os consumidores contra a especulação e alta exagerada dos preços dos gêneros, durante a corrida inflacionária. É uma medida de caráter de emergência, usada e abusada por quase todos os países durante e depois da última Grande Guerra de 1939/1945, por intermédio de complicados organismos burocráticos, como o Office of Price Administration — O.P.A. — nos EE. UU. e no Brasil, por intermédio da Comissão Central de Preços — C.C.P. — e posteriormente substituída pela atual Comissão Federal de Abastecimento e Preços — C.O.F.A.P. — com ramificações em todos os Estados.

Êsses controles, na sua maior parte, são difíceis de ser exercidos, face aos complexos fatores que atuam na formação dos preços, desde o processo da produção, transporte, armazenamento, tributação até a sua distribuição final pelos armazens e lojas de atacado e varejo. Dada essa complexidade, o ataque ao problema do controle de preços, visando sua estabilização, para ter efeito haveria que ser global e não apenas incidir sobre um ou mais estágios do processo. Teria que abranger um esquema de controle ou congelamento geral efetivo de salários, fretes, impostos, alugueis, lucros e toda a série de fatores que influenciam na formação da estrutura dos preços. Caso contrário,

um aumento de qualquer item básico estrutural faria romper o equilíbrio de todo o processo e mecanismo do mercado e dos preços, por intermédio da reação em cadeia resultante do impacto desse aumento, que seria logo recebido, amplificado e transmitido a todo o sistema.

Essa solidariedade entre os elementos formadores da estrutura dos preços no mercado sugere assim um complexo sistema de controle que, partindo do produtor, venha terminar no consumidor. À falta da compreensão do valor dessa solidariedade e simpatia, e das consequências e repercussões que a reação em cadeia acarreta, uma vez rompido o equilíbrio inicial, é que cumpre debitar a falência de quase todos os projetos estabilizadores dos preços no Brasil.

Os nossos projetos e organismos estabilizadores dos preços, praticamente, se têm limitado, em última análise, a imprimir ênfase em medidas heróicas de controle dos preços no atacado e varejo, pela consagrada fórmula custo-despesa-lucro, deixando o campo livre à ação das forças inflacionárias nos estágios iniciais e intermediários do ciclo. Nessa circunstância, o papel dos organismos controladores em nosso país não pode ir além da aceitação automática da situação inflacionária de caráter geral, praticamente sem nenhum ou quase nenhum efeito anti-conjuntural ou estabilizador.

A segunda medida estabilizadora se refere aos programas de preços mínimos e subsídios aos produtores. Esta medida tem talvez uma das mais

profundas repercussões, pois busca as raízes do problema, colimando proteger os produtores, através de uma justa e equitativa remuneração ao seu trabalho, garantindo o escoamento dos seus produtos e estabilizando as suas rendas. Uma série de dificuldades também, neste particular, há surgido, ultimamente, em tal setor, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Tanto lá como aqui, os governos, procurando garantir uma justa remuneração ao trabalho rural, estabeleceram um nível de subsídios e paridade, além dos níveis dos preços da concorrência internacional, estimulando dessarte a produção excessiva de certos produtos agrícolas básicos. Dêste modo, os fazendeiros e agricultores passaram a produzir, não tendo em vista as possibilidades do mercado interno ou externo, em termos de concorrência, mas simplesmente objetivando os subsídios e preços mínimos oferecidos pelo govêrno. Assim é que os estoques de produtos agrícolas excedentes, nos EE. UU., em poder do govêrno, orçam hoje em mais de us\$4 bilhões, sendo que somente as despesas de armazenagem e estocagem montam a mais de us\$400 mil dolares diários. No Brasil, situação semelhante se passa no caso do algodão e outras fibras, adquiridos pelo govêrno, cujo escoamento para os mercados externos somente está sendo feito mediante incalculáveis prejuizos para o Tesouro Nacional.

Apesar das limitações acima, a política de subsídios muito tem contribuido para uma relativa estabilidade da renda dos produtores rurais, evitando uma séria depressão nos setores agrícolas, que

bem poderia se estender às áreas industriais-urbanas. Por enquanto, como vem sendo praticado, não representa um esforço definitivo para a solução do problema de estabilização, pois na posição atual, o que se está fazendo é transferir o problema do setor privado para a órbita do poder público, assumindo êste a responsabilidade pelos prejuízos do escoamento das safras e de sua colocação nos mercados consumidores.

Daí a necessidade de ser introduzido, nesses programas de govêrno, um sistema de preços e subsídios flexíveis, substituindo a atual rigidez, que serviria como medida de expansão ou contração das safras e colheitas. Tal medida faria variar o preço-teto de garantia, de acôrdo com a escassez e abundância dos produtos agrícolas, estimulando assim o seu aumento ou diminuição.

Ao lado dessa flexibilidade de subsídios e preços mínimos, uma solução estabilizadora construtiva deveria incluir também o controle e distribuição de quotas de plantio, no setor agrícola, e produção, no setor industrial, afim de evitar o acúmulo de excedentes ou exploração inadequada dos recursos naturais e humanos. Aliás tal esquema, no setor agrícola, foi recentemente proposto pelo atual Ministro da Agricultura dos EE. UU., sr. Ezra Benson Taft, e aceito em plebiscito pelos produtores norte-americanos que concordaram em se submeter ao regime de acreagem e distribuição de quotas de produção. Tal programa deveria ser complementado pela introdução no plano internacional de um regime semelhante, visando eliminar

a super-produção de uns artigos em detrimento da escassez de outros.

Os salários constituem um dos pontos vitais e estratégicos do fenômeno conjuntural, de vez que representam uma parcela efetiva importante da procura total e do consumo. Qualquer variação neste setor, quer para mais quer para menos, determina de pronto uma expansão ou contração no poder aquisitivo e no custo de vida. Tal influência é certamente amplificada pelo fato de, cada vez mais, os salários se irem constituindo a modalidade mais comum dos ganhos e da renda da maioria das classes.

Um programa de estabilização neste setor, objetivando o bem estar da classe assalariada, através de uma renda estável, contribuiria para uma relativa estabilidade do consumo e dos preços, desde que providências idênticas fôsem paralelamente tomadas em outros setores. A função preço-salário tem uma fôrça todo-poderosa no complexo estabilizador, pois um não pode variar sem afetar o outro.

Uma alta inicial no setor preço transmite-se logo ao setor salário e vice-versa. Esse impacto é exteriorizado melhor pela luta dos sindicatos em busca de novos padrões de salários, que correspondam aos novos índices de custo de vida; de outro lado, uma alta nos salários — quando não resultante do aumento do índice de produtividade — tende a alterar a estrutura dos preços, em superfície e profundidade, pelo encarecimento do custo de produção, sobretudo naquelas atividades

que dependem de abundante mão de obra em relação aos capitais fixos.

Nesta altura, vale notar que os preços possuem mais flexibilidade e faculdade de adaptação a novas situações cíclicas do que os salários. James Estey, observando êsse fato, concluiu que (113)

os salários aumentam ou diminuem menos do que os preços, e movem-se mais lentamente tanto para cima como para baixo.

A tendência atual, em face dêsse princípio, observado na maioria das economias dos países chamados capitalistas, é pela adoção da cláusula escaladora — "escalator clause" — nos contratos coletivos de trabalho. Nos EE. UU., uma grande maioria dos contratos coletivos, em vez de estabelecer salários fixos para um determinado período, prendem a base salarial aos índices do custo de vida, por intermédio da cláusula escaladora, impedindo por essa forma a diminuição do salário real.

Portanto, qualquer medida estabilizadora dos salários só poderá ser feita, antecipando outras estabilizadoras dos preços e do custo de vida em geral, ou, então, concomitantemente. O contrário seria criar uma situação explosiva, agravando as forças inflacionárias ou deflacionárias da conjuntura.

A situação ideal, informa Hansen, obter-se-ia com aquela em que (114)

os frutos do progresso, do avanço tecnológico e da melhoria do índice de produtividade, numa sociedade

(113) James Estey, op. cit., pp. 471/2.

(114) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 573.

dinâmica, fôsem transmitidos via preços mais baixos para os consumidores e via salários mais altos para os operários.

A função preço-salário passaria assim a formar um sistema, no qual o setor lucro também fôsse incluído. Tal sistema preço-salário-lucro numa economia estável, funcionaria sempre como um elemento dinâmico. Nisto não existe nenhuma contradição, muito embora alguns autores, entre os quais Schumpeter, tenham visto um flagrante conflito entre progresso e estabilização, salários e lucros, ao afirmar que o fenômeno conjuntural é o preço que pagamos pelo progresso. (115)

Achamos que tal contradição não existe implícitamente nesse processo estabilizador, não havendo também perigo de estratificação ou estagnação secular, mesmo porque os setores dos preços, salários e lucros, continuariam a operar como elementos dinâmicos, isto é, em função da melhoria dos padrões atuais: o setor lucro, beneficiando-se pela abertura de novas perspectivas de investimentos, criados pelo avanço tecnológico; o setor preço beneficiando-se pelo aumento da eficiência e do volume da produção; o setor salário melhorando pelo aumento do índice da produtividade da mão de obra especializada. (116)

(115) Cit. de James Estey, op. cit., p. 512.

(116) No setor salário, um exemplo importante desta tendência atual vamos encontrar nos contratos coletivos de trabalho entre a General Motors Corporation e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Automóvel do Congresso da Organização Industrial (C.I.O.) nos EE. UU., desde 1948. Esse acôrdo prevê o reajustamento dos salários tanto em caso de aumento do custo de

Contudo, qualquer medida estabilizadora dos salários e da economia teria que incluir forçosamente o seguro-desemprego, como recurso supremo e heróico no caso de vir a falhar o programa anti-cíclico. Nos EE. UU., o referido seguro vem sendo largamente empregado, pois o desemprego é um dos pontos mais sensíveis da conjuntura americana, e rapidamente tende a se difundir por todo o circuito dos negócios.

Muito embora seja difícil alcançar a posição de emprego pleno, em qualquer economia dinâmica, face aos ajustamentos determinados pelas variações estacionais, modas, mudanças tecnológicas, migração de indústrias, etc., não seria justo deixar a questão ao livre jogo das forças do mercado de trabalho. Do contrário, o processo cumulativo das forças conjunturais ficaria livre para operar, através da reação em cadeia, em tôda a extensão cíclica.

Ultimamente, nos EE. UU., o seguro-desemprego vem desempenhando um importante papel estabilizador, tendo já evitado, ao lado de outras medidas, que a recessão de 1949 fôsse convertida em depressão, conforme conclue Hansen: (117)

Em 1949 desenvolveu-se uma recessão no setor dos estoques e inventários de mercadorias. A acumulação de estoques declinou da proporção anual de us\$ 9 bilhões, no último trimestre de 1948, para uma liquidação de estoques numa proporção de us\$ 1.5 bilhões no último trimestre de 1949: um

vida — cláusula escaladora —, como do aumento do nível de produtividade — salário eficiência. Para maiores detalhes, Vd. James Estey, op. cit., p. 484.

(117) Alvin Hansen, "Business Cycles and National Income", p. 532.

declínio de us\$ 10.5 bilhões. Ao mesmo tempo, registrou-se um declínio de us\$3 bilhões nos investimentos e de us\$ 3 bilhões no consumo. Este processo recessivo, em parte, não se transformou em depressão, em face das medidas fiscais tomadas, inclusive o pagamento de benefícios aos desempregados que, de us\$ 80 milhões por mês em Dezembro de 1948, aumentou para us\$ 170 milhões em Dezembro de 1949.

O rápido desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, a interdependência dos mercados e sua crescente especialização, a facilidade e rapidez das transações bancárias, a organização e projeção internacional dos investimentos, o intercâmbio comercial e tecnológico entre os povos contribuem hoje, mais do que nunca, para propagar e universalizar o fenômeno conjuntural. Daí podermos afirmar, alargando o conceito de Mitchell, que os países estão também ligados uns aos outros por laços financeiros, comerciais, industriais e culturais de uma tal forma que nenhum pode prosperar ou sofrer sem afetar os outros.

As grandes depressões e prosperidades tendem a ser transmitidas e retransmitidas de um país para outro, por intermédio do mecanismo dos mercados internacionais. A grande depressão iniciada em 1929 nos EE. UU. tornou-se a grande depressão inglesa e européia de 1931, propagando-se por quase todos os povos. A prosperidade do após segunda Grande Guerra difundiu-se também pelos mesmos até os dias atuais, ensejando a recuperação dos países europeus devastados pela

guerra e promovendo o crescente desenvolvimento dos países latino-americanos. Não é sem razão, pois, que a tendência recessiva da economia americana de nossos dias seja acompanhada com crescente ansiedade por todos os países.

A influência exercida pela economia de um país sobre a do outro depende, naturalmente, em grande parte, da posição que ocupar no mercado internacional pelo seu volume de produção, avanço tecnológico, intensidade de investimentos e grandeza de seu mercado importador e exportador. Daí a influência quase única exercida atualmente pela economia americana na propagação do seu movimento conjuntural em todo o mundo. Virgil Salera em seu estudo sobre o comércio exterior americano, concluiu: (118)

Flutuações na renda nacional americana, além de produzir problemas domésticos, são sentidas em forma amplificada na maioria dos países estrangeiros. Isto é porque as nossas importações, a fonte fornecedora principal de dolares para os países estrangeiros, gira intimamente ligada ao nível de nossa renda nacional e atividade industrial. Isto quer dizer que uma queda percentual na nossa renda nacional determinará, como regra geral, uma queda proporcionalmente maior no nível de nossa atividade industrial, de forma tal que as nossas importações tenderão a cair com mais intensidade do que a atividade dos negócios em geral. Os países estrangeiros assim têm talvez mais interesse do que nós mesmos, na manutenção de uma economia próspera e estável nos Estados Unidos.

(118) Virgil Salera, "The International Trade Organization and United States Foreign Trade", in "Miami Business Review", Oxford, Ohio, edição de Abril de 1947.

O reconhecimento dêsse fato não implica em aceitar a hipótese de que os EE. UU. sejam apenas um país emissor de ciclos, porque o mesmo, de outro lado, depende dos países produtores de matéria prima e por isso recebendo, por sua vez, o impacto da conjuntura dêsses países com reflexos na sua própria economia. A posição de auto-suficiência, tão procurada e perseguida, além de ser anti-econômica, face à necessidade da especialização dos mercados e da divisão internacional do trabalho, é impossível de ser atingida, dada a crescente complexidade e interdependência das economias nacionais.

A prova disso está ilustrada nas atuais relações americano-brasileiras, com referência à alta do café. As forças inflacionárias que, em nosso país, ainda continuam a operar quase livremente, agravando cada vez mais os custos de produção, coincidindo com uma safra desfavorável, no corrente ano, determinaram uma elevação dos preços do café na Bolsa de Nova York. Tal fato tem contribuído para levantar o índice do custo de vida nos EE. UU., numa época em que está se processando uma retração em sua atividade econômica.

Neste caso particular, o Brasil desempenha o papel de emissor de ciclo, dada a sua posição dominante no mercado da rubiácea, cabendo aos EE. UU. e outros países o papel de captador dêsse impacto da nossa conjuntura.

Assim, qualquer medida ou política estabilizadora anti-cíclica, para uso interno e doméstico, não poderá por si só evitar as variações conjun-

turais, face a essa interdependência dos mercados e influência recíproca das situações favoráveis ou desfavoráveis da economia de um país sobre a do outro. Estas medidas forçosamente têm que se projetar no âmbito internacional, através de um programa de coordenação e cooperação do qual todos os povos participem.

A cooperação anti-cíclica, no plano internacional, encontra de certo uma série de dificuldades, em presença dos entrelagos dos interesses nacionais, conflitos de soberania e relutância dos países em permitir um certo grau de interferência nos assuntos econômicos domésticos que tal política necessariamente implica.

Contudo, a despeito dessas dificuldades, um certo grau de sucesso ultimamente vem sendo alcançado, desde a Conferência de Bretton Woods, realizada em Junho de 1944, na qual 44 nações concordaram em estabelecer duas instituições fundamentais de notável efeito estabilizador: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

O Fundo Monetário Internacional funciona como instituição estabilizadora mediante: 1) a pesquisa continuada na situação econômica dos países membros; 2) estabelecimento de um sistema flexível de taxas de câmbio, permitindo ajustamentos eventuais, dentro de margens prefixadas, prevenindo dessa forma a depreciação competitiva e retaliatória das taxas de câmbio de um país contra o outro; 3) criação de um fundo de ouro e moedas dos países membros, ao qual os mesmos

podem recorrer em caso de dificuldades na sua balança de pagamentos.

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento suplementa a ação do Fundo, no setor do Crédito, pelo incentivo aos investimentos nos países devastados pela guerra, ou nos de economia sub-desenvolvida, representando dessa forma uma valiosa ajuda no processo de promoção do equilíbrio e estabilização internacional.

Além dessas duas instituições, hoje filiadas à Organização das Nações Unidas, outras organizações, desde algum tempo, passaram também a operar, sob a iniciativa da ONU, no plano internacional, reforçando o programa internacional de estabilização. Entre elas cumpre citar a Organização de Alimentos e Agricultura — F.A.O. — e a Organização do Comércio Internacional — I. T. O. A primeira, visando a melhoria da dieta dos povos, sugerindo e contribuindo para o aumento do volume de produção de alimentos ou de sua diminuição para evitar a escassez ou os excessos; a segunda, destinada a manter uma melhor divisão de trabalho internacional, pela eficiente utilização dos recursos naturais, ao mesmo tempo que ajudando os países membros a resolverem os seus problemas de comércio e balança de pagamentos.

Essas quatro organizações constituem, no momento, as pedras fundamentais da política anti-cíclica internacional, que se pretende erigir sob a influência da Organização das Nações Unidas.

Os resultados iniciais colhidos por essas insti-

tuições, no período relativamente curto de suas existências, indicam que passarão a ter no futuro uma grande projeção na tarefa estabilizadora, à medida que a ONU for ganhando fôrça e respeito como órgão supra-nacional.

Outras instituições terão ainda que ser criadas, dentro do programa de estabilização internacional, para completar e suplementar as medidas estabilizadoras internas. Tal programa tenderá no futuro a se transformar numa política internacional de planejamento econômico que regule e harmonize os interêsses econômicos dos países de per si, com os supremos interêsses da comunidade das nações.

Esse programa internacional de estabilização é necessário e imperativo, se os países desejarem sair da atual desordem, proveniente das lutas e conflitos gerados pelo desejo de domínio e hegemonia política e econômica.

Ou se estabelece uma política de estabilização internacional, em íntima cooperação e coordenação com os programas e medidas estabilizadoras anti-cíclicas internas, ou os países, cada vez mais, expôr-se-ão às desordens conjunturais, projetadas por medidas unilaterais ou retaliatórias, no plano internacional.

3. Estabilização e planejamento

Nenhuma política de estabilização poderá ser efetivamente praticada, partindo de medidas ou pontos de vista isolados ou independentes. Medidas anti-cíclicas de caráter monetário, fiscal, econômico-social ou internacional constituem aspectos e soluções parciais, mas não podem independentemente servir de denominador comum, sobre o qual se possa estruturar a estabilidade econômica visada.

Uma política restritiva de crédito, em caso de inflação, terá que ser sincronizada com redução nos gastos e despesas públicas, controle de preços e salários, incidência de impostos, etc. de acordo com a conjuntura interna ou externa. As crises não podem ser superadas somente com uma política de dinheiro barato, mas através de medidas colaterais e complementares de incentivo aos investimentos privados e públicos, diminuição de impostos, aumento do nível de emprego e consumo, seguro social, etc.

A estratégia anti-conjuntural estabilizadora exige uma mobilização coordenada dos melhores recursos disponíveis. Se tais recursos, no entanto, tiverem que ser mobilizados durante certa fase cíclica da prosperidade ou depressão, mais lógico

será que os mesmos sejam planejados em base permanente para oportuna aplicação e emprêgo, ou mesmo ainda suplementando a ação privada naquelas áreas de maior responsabilidade, durante todo o percurso cíclico.

Daí ter surgido a necessidade dos planejamentos econômicos, cujo emprêgo vem hoje sendo sugerido e executado pelos países de economia privada, semi-privada, pública ou semi-pública. Aliás, neste particular, difícil é traçar a fronteira entre os interesses privados e os interesses públicos, pois os mesmos tendem a convergir as suas rotas e seus campos de ação. Tanto nos primeiros, como nos últimos, os planejamentos econômicos visam, não somente proporcionar uma melhor e mais eficiente utilização e desenvolvimento dos recursos naturais e humanos, mas também assegurar um campo mais seguro e menos instável para a aplicação das iniciativas e investimentos sob a liderança do programa tecnológico.

Mitchell que desempenhou importante papel no Comité de Planejamento Nacional, criado por Franklin Roosevelt em 1933, analisando a função planejadora, concluiu que na vida de uma nação o planejamento desempenha o mesmo papel que o pensamento representa para o indivíduo. E acrescenta: (119)

a sabedoria está não em fazer oposição aos planejamentos nacionais, mas sim em torná-los mais inteligentes. Quanto mais de perto se sente a enormidade desta tarefa e mais agudamente se observa

(119) Mitchell, "The Backward Art of Spending Money", p. 127, cit. de Achinstein, op. cit., p. 482.

o mal feito por planejamentos inadequados, mais rapidamente se sente a necessidade de promover planejamentos inteligentes: porque, planejamentos nacionais de alguma ou de diversas maneiras, haveremos que ter, seguramente, no futuro.

Alguns autores, no entanto, temem que tal política estabilizadora, do desenvolvimento econômico ordenado, seja precursora ou conduza à extinção do sistema econômico capitalista privado, através da burocratização e centralização dos organismos executores dos planos. Schumpeter, entre eles, chegou a afirmar que existe uma flagrante contradição entre capitalismo e estabilidade econômica. (120) Entretanto, o seu raciocínio compreendia a estabilização como uma posição estática de cristalização da atividade econômica, na qual os inovadores não pudessem desempenhar o seu importante papel.

François Simiand, citado por Estey, analisando este problema, por outro ângulo, chegou à conclusão de que o fenômeno conjuntural era essencial ao progresso, pois a subida dos preços fazia aumentar a atividade econômica, sob o estímulo dos lucros, e a queda dos preços fazia aumentar o poder inventivo sob o estímulo das perdas. (121)

James Estey, também adota, em parte, este ponto ao afirmar que os ciclos de negócios representam o preço que pagamos pelo progresso, e a estabilidade econômica não seria mais do que um

(120) Schumpeter, op. cit. Vol. II p. 1.033.

(121) Cit. de R. Marjolin, in "François Simiand's Theory of Economic Progress", cit. de James Estey, op. cit., p. 512.

conflito de ordem fundamental entre o progresso e a segurança. (122)

Já Hansen encara o problema da estabilização por intermédio dos investimentos públicos bem planejados, sem afetar a estrutura do capitalismo privado. Tais investimentos públicos de caráter marginal fariam aumentar as oportunidades dos investimentos privados, pela criação de condições básicas, no campo das obras e serviços públicos que estimulassem o seu florescimento. Na sua opinião êsses investimentos não excluiriam por completo o fenômeno conjuntural, mas o atenuariam grandemente, quando aplicados adequadamente e com oportunidade. (123)

Keynes participa também dêste ponto de vista ao concluir com muita propriedade: (124)

o remédio para os ciclos de negócios não pode ser encontrado na abolição da prosperidade, fazendo-nos viver permanentemente em uma quase depressão; mas em abolir a depressão, fazendo-nos viver permanentemente em uma quase prosperidade.

A opinião dêsses autores indicam, sem dúvida, pontos de vista controversos, porém refletem mais a opinião pessoal, tomada pela análise de um determinado ângulo do problema da conjuntura e de suas soluções, do que propriamente um

(122) James Estey, op. cit., p. 512.

(123) Alvin Hansen, "Stability and Expansion", p. 213. Entre as instituições criadas pelo governo norte-americano, dentro do seu programa anti-cíclico de investimentos e projetos públicos. Hansen resalta as seguintes: Tennessee Valley Authority,, Rural Electrification Administration, Farm Security Administration, Public Works Administration, United States Housing Authority, Works Progress Administration e o Federal Housing Administration.

(124) J. M. Keynes, "General Theory of Employment, Interest and Money" p. 322.

conflito de natureza ampla e fundamental no complexo conjuntura-estabilidade.

Tal controvérsia torna-se assim, quando reduzida às suas devidas proporções, mais aparente do que real, muito embora tenda a ser fixada e estereotipada, ainda por algum tempo, sob o peso de idéias, preconceitos e imagens cristalizadas no passado.

O complexo estabilizador não pode excluir as forças ativas e dinâmicas que operam no circuito dos negócios, uma vez que continuam fazendo parte integrante do mesmo. O avanço tecnológico, a expansão dos mercados, o aumento de população, as invenções e inovações, em qualquer tipo de economia dinâmica, qualquer que seja a estrutura política adotada, servem de elementos propulsores e de expansão.

De outro lado, o complexo conjuntural com as suas oscilações e variações não exclui as forças econômicas estabilizadoras. Os hábitos conservadores, a poupança, os investimentos, os impostos, o crédito bancário e o volume do meio circulante podem exercer uma importante função estabilizadora.

Não há portanto porque associar conjuntura com progresso efêmero ou estabilidade com estagnação secular. Nem a conjuntura exclui a possibilidade de ser alcançada a estabilidade econômica, nem o processo de estabilização implica numa economia sem conjuntura.

A posição mais acertada seria assim aquela em que se procurasse conhecer de perto os elemen-

tos perturbadores e anormais do processo cíclico, buscando corrigí-los, através de uma inteligente política estabilizadora. Política estabilizadora que necessariamente deverá incluir o habil planejamento da atividade econômica, visando o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos recursos naturais e humanos, tanto no plano nacional como no internacional.

Parte III
CONCLUSÕES

1. O fenômeno das oscilações e variações na atividade econômica é de ordem universal e a sua ocorrência parece ser tão antiga quanto a própria história humana. Contudo, o fenômeno propriamente conjuntural ou cíclico, como o conhecemos na forma atual — operando continuamente no circuito dos negócios expandindo ou contraindo a atividade econômica, a intervalos mais ou menos regulares — desenvolveu-se a partir dos fins da Idade Média com a expansão do capitalismo, e sobretudo a partir do surto da chamada Revolução Industrial, no século XVIII.
2. A instabilidade econômica do processo conjuntural foi acelerada pela dilatação dos mercados, formação dos centros comerciais e urbanos, difusão da rede bancária, melhoramento dos meios de transporte e comunicação, alargamento e aprofundamento dos investimentos, a médio e longo prazo, aumento da população, progresso tecnológico, etc., característicos do processo da evolução capitalista. O fenômeno conjuntural assim alargou-se e alastrou-se à medida que o processo da evolução capitalista se foi estendendo e ampliando. -
3. Sem nos colocarmos na posição inflexível daqueles que formulam modelos econométricos ou periodogramas rígidos para interpretar as variações conjunturais, aceitamos o pressuposto de que os ciclos de negócios, numa economia de livre empresa, se desenrolam em períodos mais ou menos regulares, compreendendo na fase expansionista: a recuperação e a prosperidade, e na fase de contração: o recesso e a depressão.
4. A duração de cada fase cíclica depende da origem, intensidade e variedade das forças de expansão ou contração,

operando na atividade econômica. Muito embora diversos autores tenham tentado dar uma uniformidade e regularidade quase matemática a essas oscilações, através do estudo quantitativo das séries estatísticas, torna-se difícil, senão impossível, precisar com rigor aritmético a ocorrência, duração e periodicidade cíclica. Todavia, e apesar desta limitação, achamos variável a hipótese avançada por Schumpeter sobre a existência de ciclos de longa, média e curta duração, operando concomitantemente, sem entretanto aceitar qualquer rigidez de prazos e períodos.

5. As teorias do fenômeno conjuntural têm sido constituídas em redor dos fatores exógenos ou externos e endógenos ou internos. Entre os fatores exógenos, procedentes de fóra do sistema econômico propriamente dito, as guerras, o clima, as catástrofes, os movimentos migratórios, as inovações são os que mais vêm sendo destacados. Entre os endógenos, que se originam dentro do circuito dos negócios, os investimentos, a poupança, o consumo, a taxa de juros, o crédito e os fatores psicológicos gozam de mais estima. No entanto, qualquer relação causal ou formulação teórica não poderá se basear em fatores isolados, face à complexidade e interdependência das forças em ação, e sim na análise particular das forças preponderantes sem nenhuma referência à sua procedência ou filiação. Essa análise indica a existência de uma relativa individualidade, variando no tempo e no espaço, de acôrdo com as circunstâncias peculiares da manifestação conjuntural. A despeito, entretanto, dessa limitação, um certo grau de homogeneidade pode ser encontrado: daí aceitarmos a observação de Pigou de que embora os ciclos não sejam gêmeos, pertencem à mesma família.

Partindo dessa posição, concluímos que o problema teórico da interpretação da conjuntura não pode ser explicado através de ângulos ou aspectos unilaterais. Raízes mais profundas terão que ser buscadas dentro de

um esquema institucionalista-sociológico. Essa posição implicaria na abertura de um novo campo teórico pelo estudo do fenômeno conjuntural, não somente como um fenômeno econômico, mas sobretudo como um fenômeno de ordem social, de natureza ampla, funcionalmente interdependente e interrelacionado com os demais.

6. Qualquer medida estabilizadora para controlar as oscilações cíclicas depende em grande parte da identificação e conhecimento antecipado dos fatores anormais e perturbadores do processo econômico, afim de ser perfeitamente sincronizada com a marcha e evolução dos negócios. Tal identificação, hoje em dia, já é relativamente possível face ao desenvolvimento dos métodos de análise e de previsão da conjuntura.

Nenhum dos métodos baseados na simples observação do comportamento de uma ou mais séries estatísticas e de seus índices, pode oferecer base segura de previsão. O método do Prof. Bratt, da Universidade de Lehigh, reúne maiores possibilidades de êxito, uma vez que procura agrupar o maior número possível de observações, através da análise das séries e dos "indicadores barométricos" para serem pesados, verificados e comparados face ao desenvolvimento atual da conjuntura e tendo em vista a sua projeção no futuro.

Apesar dos erros e sucessos já obtidos, nenhum método poderá levar a uma absoluta certeza e segurança nas previsões cíclicas, principalmente naquelas economias onde os preços e os investimentos estiveram em função da expectativa dos mercados.

7. Diante das graves consequências sociais e econômicas que a variação súbita da conjuntura pode determinar, através das crises, desemprego, especulação, etc., tornou-se necessária e imperiosa a prática de uma política econômica anti-cíclica. Tal política tem como objetivo a atenuação das variações conjunturais, prolongando ao máximo os períodos de prosperidade e expansão, e reduzindo ao mínimo possível os intervalos recessionais e depressivos.

As medidas anti-conjunturais, até hoje ensaiadas, quer no domínio monetário/bancário, quer no domínio fiscal, por si só são insuficientes e incompletas. Essas medidas terão que ser suplementadas e completadas com outras de caráter social e reforçadas por uma política anti-cíclica de caráter internacional, através de uma íntima cooperação entre os países, visando uma estabilização econômica geral.

8. *Uma política de estabilização econômica exige a mobilização coordenada e eficiente dos recursos naturais e humanos. Tal mobilização implica na necessidade de ordenação da atividade econômica, mediante planejamentos inteligentes que objetivem assegurar um campo mais seguro e menos instável para a aplicação dos investimentos, bem como proporcionar um melhor padrão de vida e o bem estar social.*
9. *A proclamada oposição entre ciclos de negócios e estabilidade econômica é mais aparente do que real. Conjuntura não é sinônimo de progresso, nem estabilidade econômica sinônimo de estagnação. O complexo conjuntural não exclue o complexo estabilizador, nem éste aquele. Tanto um como o outro, numa economia dinâmica, possuem forças estruturais e formas institucionais de expansão e estabilidade.*

BIBLIOGRAFIA

- Achinstein, Asher: "Introduction to Business Cycles", ed. Thomas Y. Crowell Company, New York 1950.
- Azevedo, João Lúcio: "Os Jesuitas no Grão Pará", ed. Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa 1901.
- Bratt, Elmer Clark: "Business Cycles and Forecasting", ed. Richard D. Irwin, Inc., Chicago 1949.
- Bittencourt, Agnello: "Chorographia do Estado do Amazonas", ed. Typ. Palacio Real, Manaus. 1925.
- Carreiro, Carlos Porto: "Lições de Economia Política e Noções de Finanças", ed. F. Briguier & Cia., Rio de Janeiro 1940.
- Estey, James Arthur: "Business Cycles — Their Nature, Cause and Control", ed. Prentice Hal, New York 1950.
- Gide, Charles: "Compêndio de Economia Política" — Tradução de Contreira Rodrigues, ed. Livraria do Globo, Porto Alegre 1940.
- Haberler, Gottfried: "Ciclos Econômicos na Economia Dirigida", in Revista Brasileira de Economia, Ano 4, Número 1, Março 1950.
- Hansen, Alvin H.: "Business Cycles and National Income", ed. W. W. Norton & Company Inc., New York 1951.
- Hansen, Alvin H.: "Fiscal Policy and Business Cycles", ed. W. W. Norton & Company Inc., New York, 1941.
- Hansen, Alvin H.: "Stability and Expansion", in "Financing American Prosperity — A Symposium of Economists", ed. The Twentieth Century Fund, New York 1945.
- Hurley, Jorge: "Ilha Grande de Joanes", in Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. II — Pg. 265/330, Rio de Janeiro, 1950.
- Ise, John: "Economics", ed. Harper and Brothers, New York 1946.
- Kafuri, J. F.: "Notas de Economia Matemática", in Lições de Economia Política de Carlos Porto Carreiro, ed. F. Briguier & Cia., Rio 1940.
- Keynes, John Maynard: "General Theory of Employment, Interest and Money", ed. Harcourt Brace & Co. Inc., New York 1936.
- Mitchell, Wesley Clair: "Business Cycles & Their Causes", ed. University of California Press, Berkeley & Los Angeles, 1950.
- Mitchell, Wesley Clair: "Business Cycles The Problem and Its Setting", ed. National Bureau of Economic Research, New York 1927.
- Patterson, S. Howard: "Social Aspects of Industry", ed. Mc Graw Hill Book Co. Inc., New York 1943.
- Pigou, A. C.: "Industrial Fluctuations", ed. Mac Milland and Co. Ltd., London 1927.
- Peterson, J. M. — Cawthorne, D. R. — Lohman, P. H.: "Money &

- Banking" — Miami University, Oxford, Ohio, ed. MacMillan & Co. New Ycrk 1946.
- Salera, Virgil: "The International Trade Organization and United States Foreign Commerce", in Miami Business Review, Oxford, Ohio, numero de Abril de 1947.
- Schumpeter, Joseph A.: "Business Cycles — A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process", ed McGraw Hill Book Co. Inc., I e II vol., New York 1939.
- Simonsen, Roberto: "História Econômica do Brasil", ed. Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro 1944.
- Thorp, W. L. "Business Annals", ed. National Bureau of Economic Research, New York 1926.

TRABALHOS DO AUTOR

- Roteiros da Amazônia — Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Recife, in "Caderno Academico", Ano II, N.º 3, Junho, 1942, Recife.
- O Bacharel no Brasil — Aspectos de sua influência na nossa história social e política. Ed. Livraria Classica, Manaus 1946.
- O Cearense na Amazônia — Inquérito Antropogeográfico sôbre um Tipo de Imigrante. Tese premiada com medalha de prata pelo X Congresso Brasileiro de Geografia. Ed. do Conselho de Imigração e Colonização, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.
- O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo — Aspectos Antropogeográficos da Imigração e Colonização no Brasil, in Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia, Ano IV, Número 42, Rio de Janeiro, Setembro 1946.
- Sociology in Brasil — A Comparative Study. Tese apresentada ao Congresso de Sociologia do Vale de Ohio, U.S.A. Abril 1947. Separata da Revista "Sociology and Social Research", Vol. 32, N.º 2, Novembro/Dezembro, 1947, Los Angeles, California, U.S.A.
- Manaus — The Growth of a City in the Amazon Valley. A Thesis submitted to the Faculty of Miami University in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Arts. Oxford, Ohio, U.S.A. 1947. A ser publicada em tradução portuguesa pelo autor.
- Planejamento do Crédito para a Valorização da Amazônia. Relatório apresentado em colaboração e na qualidade de Presidente e Relator da Sub-Comissão de Crédito e Comércio da Comissão Coordenadora dos Subsídios do Estado do Amazonas para o Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia. Manaus, 1954.

TIPOGRAFIA FENIX
— EDITORA —
R. Joaquim Sarmiento, 78

1574
Camp

Btca M



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**